

Manejo Madeireiro Comunitário em Áreas Protegidas da Amazônia

Aprendizados e Recomendações de como Facilitar a Troca
de Experiências entre Comunidades e Organizações



OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



ISSN 0104-9046
Outubro/2020

**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Acre
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

DOCUMENTOS 168

Manejo Madeireiro Comunitário em Áreas Protegidas da Amazônia

Aprendizados e Recomendações de como
Facilitar a Troca de Experiências entre
Comunidades e Organizações

*Fernanda Lopes da Fonseca
Ana Luiza Violato Espada
Natalie Cooper
Karen Ann Kainer
Denyse Maria Gomes Mello
Lúcia Helena de Oliveira Wadt*

Embrapa Acre
Rio Branco, AC
2020

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na: Comitê Local de Publicações

Embrapa Acre

Rodovia BR-364, km 14,
sentido Rio Branco/Porto Velho
Caixa Postal 321, CEP 69900-970, Rio Branco, AC
Fone: (68) 3212-3200, Fax: (68) 3212-3285
www.embrapa.br
www.embrapa.br/fale-conosco/sac

Presidente
Elias Melo de Miranda

Secretária-Executiva
Claudia Carvalho Sena

Membros
Carlos Mauricio Soares de Andrade, Celso Luis Bergo, Evandro Orfanó Figueiredo, Rivaldalve Coelho Gonçalves, Rodrigo Souza Santos, Romeu de Carvalho Andrade Neto, Tadário Kamel de Oliveira, Tatiana de Campos, Virgínia de Souza Álvares

Supervisão editorial e revisão de texto
Claudia Carvalho Sena
Suely Moreira de Melo

Normalização bibliográfica
Renata do Carmo França Seabra

Diagramação
Eric Chaves Vieira
Francisco Carlos da Rocha Gomes

Projeto gráfico da coleção
Carlos Eduardo Felice Barbeiro

Foto da capa
Ana Luiza Violato Espada

1ª edição
On-line (2020)

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Embrapa Acre

Manejo madeireiro comunitário em áreas protegidas da Amazônia: aprendizados e recomendações de como facilitar a troca de experiências entre comunidades e organizações / por Fernanda Lopes da Fonseca... [et al]. – Rio Branco, AC : Embrapa Acre, 2020.

63 p. : il. color. – (Documentos / Embrapa Acre, ISSN 0104-9046; 168).

Esta publicação apresenta a organização e os resultados alcançados no *Encontro para Troca de Experiências e Reflexões sobre o Manejo Florestal Comunitário em Áreas Protegidas na Amazônia*.

1. Manejo florestal comunitário – Amazônia. 2. Transferência de tecnologia – comunidades rurais. 3. Manejo florestal comunitário – Reserva extrativista. 4. Fonseca, Fernanda Lopes da. I. Embrapa Acre. II. Série.

CDD (21.ed.) 634.9209811

Autoras

Fernanda Lopes da Fonseca

Engenheira florestal, mestre em Agroecossistemas, analista da Embrapa Acre, Rio Branco, AC

Ana Luiza Violato Espada

Engenheira florestal, mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, doutoranda em Recursos Florestais e Conservação com concentração em Conservação e Desenvolvimento nos Trópicos pela Universidade da Flórida, Gainesville, Estados Unidos

Natalie Cooper

Bacharel em Artes Plásticas, mestre em Recursos Florestais e Conservação com concentração em Desenvolvimento e Conservação Tropical, doutoranda em Recursos Florestais e Conservação pela Universidade da Flórida, Gainesville, Estados Unidos

Karen Ann Kainer

Bacharel em Manejo Florestal, Ph.D. em Ecologia e Conservação de Florestas Tropicais, professora da Escola de Recursos Florestais e Conservação e do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade da Flórida, Gainesville, Estados Unidos

Denyse Maria Gomes Mello

Engenheira-agrônoma, Ph.D. em Ecologia Interdisciplinar com concentração em Conservação e Desenvolvimento nos Trópicos, professora associada ao programa Conservação Tropical e Desenvolvimento e do Centro de Estudo Latino-Americano da Universidade da Flórida

Lúcia Helena de Oliveira Wadt

Engenheira florestal, doutora em Genética e Melhoramento de Plantas, pesquisadora da Embrapa Rondônia, Porto Velho, RO

Agradecimentos

As autoras agradecem a todos que organizaram e participaram do *Encontro para Troca de Experiências e Reflexões sobre o Manejo Florestal Comunitário em Áreas Protegidas na Amazônia*, em especial aos moradores das reservas extrativistas que protagonizaram o evento e fizeram dele uma rica troca de experiências e aprendizados. A Iran Paz Pires, secretário-executivo do Instituto Floresta Tropical (IFT), e a Alcir Borges, supervisor da regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PA), no Marajó, pela revisão técnica do trabalho. Agradecimentos especiais também às organizações apoiadoras, sem as quais o evento não teria sido tão bem-sucedido: governo do estado do Acre, Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre (Sema-AC), Ministério Público do Estado do Acre, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, processo CSF-PVE 4004742014-0), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), World Wide Fund for Nature (WWF-Brasil), Universidade da Flórida (UF), Centro para Estudos da América Latina (Latam-UF) e Programa de Conservação e Desenvolvimento nos Trópicos (TCD-UF).

Apresentação

O manejo madeireiro em florestas comunitárias possui desafios ainda não superados em definitivo; no entanto, há também oportunidades que podem resultar em conservação florestal, mais legalidade para o setor madeireiro, benefícios para a economia local, melhoria de infraestruturas coletivas e avanços na governança socioambiental. Nesse sentido, a troca de experiências sobre as iniciativas de manejo madeireiro comunitário, envolvendo diferentes atores dessa agenda, são fundamentais para conectar e aprimorar as atuais e futuras iniciativas na Amazônia.

Nessa perspectiva, um grupo formado por estudantes, professores e pesquisadores ligados ao Programa de Conservação e Desenvolvimento nos Trópicos da Universidade da Flórida, em parceria com pesquisadores da Embrapa Acre e Rondônia, propôs facilitar um encontro com diferentes atores do manejo florestal comunitário em áreas de reservas extrativistas. Além dessas, outras organizações se envolveram, possibilitando a realização do *Encontro para Troca de Experiências e Reflexões sobre o Manejo Florestal Comunitário em Áreas Protegidas na Amazônia*.

Este documento apresenta um histórico do manejo madeireiro comunitário na Amazônia brasileira e a motivação para promover a troca de experiências; descreve o percurso metodológico adotado para a realização do encontro; e analisa os aprendizados do processo de organização do evento e dos casos de manejo madeireiro comunitário. Espera-se que possa contribuir com as iniciativas de uso sustentável das florestas por comunidades locais da Amazônia.

Esta publicação está de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e 15 (Vida Terrestre). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma coleção de 17 metas globais estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas e que tem o apoio da Embrapa para que sejam atingidas.

Eufran Ferreira do Amaral
Chefe-Geral da Embrapa Acre

Sumário

Por que a troca de experiências?.....	11
Emergência do manejo madeireiro comunitário na Amazônia brasileira	11
Chegada da formalidade em unidades de conservação federais: Instrução Normativa nº 16/2011	15
Reflexão frente aos novos desafios do manejo madeireiro comunitário em unidades de conservação federais.....	18
Como a troca de experiências foi realizada?	19
Formação do grupo e captação de recursos financeiros	20
Avaliação de desafios e oportunidades.....	21
Seleção de estudo de casos	22
Formação de parcerias	25
Preparação do evento	25
Abordagem metodológica e métodos participativos	26
Realização do pré-evento e do evento.....	26
Dia de preparação das narrativas dos estudos de casos	26
Troca de experiências e reflexões sobre o manejo florestal comunitário em áreas protegidas na Amazônia	28
Elaboração e disseminação da memória técnica.....	32
Execução dos encaminhamentos do evento.....	33
O que foi aprendido com a troca de experiências?	34
Aprendizados sobre os casos de manejo madeireiro comunitário	34
Perspectiva, motivação e origem dos projetos.....	37
Organização e arranjos socioproductivos	40
Decisões de “como” e “quando” e participação comunitária	41
Parceiros externos e capacitação	44
Tecnologias selecionadas: opções tecnológicas para o manejo madeireiro comunitário.....	49
Manejo madeireiro não é isento de custos.....	50
Aprendizados sobre abordagem metodológica para troca de experiências	51

Considerações finais	53
Aprendizados sobre os casos de manejo madeireiro comunitário	53
Aprendizados sobre abordagem metodológica para troca de experiências	54
Referências	56
Anexo I	59
Anexo II	60
Anexo III	61
Anexo IV	62

Por que a troca de experiências?

Os primeiros projetos de manejo florestal comunitário na Amazônia se desenvolveram em conjunto com a onda global¹, entre as décadas de 1970 e 1990, de reconhecimento e descentralização de direitos de uso das florestas para as comunidades rurais (Gilmour, 2016). O manejo florestal comunitário emergiu como uma estratégia integrada para mitigar desmatamentos em que a “comunidade” foi elevada à protagonista central para alcançar metas de conservação da biodiversidade junto com o desenvolvimento sustentável, especialmente nas regiões tropicais (Agrawal; Gibson, 1999). O movimento de reconhecimento e descentralização dos direitos de uso das florestas e a evolução dispersa das iniciativas de manejo florestal comunitário têm resultado em uma diversidade de modelos e abordagens. Isso apresenta desafios na coordenação e troca direta de informações no nível local entre comunidades florestais remotas, pertencentes a regiões extensas como o bioma Amazônia. O grupo comparou as observações em relação à diversidade de modelos de manejo madeireiro comunitário e acredita nos benefícios potenciais para facilitar uma comunicação direta entre representantes comunitários com histórias, trajetórias e práticas de manejo madeireiro distintas.

Emergência do manejo madeireiro comunitário na Amazônia brasileira

O manejo florestal realizado por famílias e comunidades locais da Amazônia brasileira passou a receber maior atenção a partir de 1998 (Amaral; Amaral, 2005; Pinto et al., 2011), resultando em discussões formais envolvendo diversas organizações representativas da sociedade civil organizada e diferentes instituições governamentais (Amaral; Amaral Neto, 2000), como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A *1ª Oficina sobre Manejo Florestal Comunitário na Amazônia*,

¹O manejo florestal comunitário emergiu em diferentes lugares do mundo, entre 1970 e 1990, como resposta a uma combinação de múltiplos fatores, dentre eles o desmatamento e a degradação florestal, após décadas de superexploração da indústria madeireira. Outros principais impulsionadores foram a ação coletiva de comunidades locais e movimentos sociais que desafiaram o sistema centralizado e burocrático das estruturas de governança florestal, lutaram contra as práticas destrutivas de extração de recursos naturais e pela democratização de direitos e acesso aos recursos (Charnley; Poe, 2007).

realizada em Plácido de Castro, no Acre, em 1998, é um marco histórico no debate sobre o papel das comunidades na promoção da economia e conservação florestal. Esse evento foi importante para subsidiar a criação de instrumentos legais que permitiram às comunidades e famílias manejar as florestas seguindo parâmetros técnicos e administrativos da legislação brasileira.

Os primeiros instrumentos legais voltados ao manejo florestal comunitário (MFC) na Amazônia brasileira foram elaborados a partir de uma articulação interinstitucional que apoiou o Ibama na criação de três instruções normativas (INs): Instrução Normativa nº 04/1998, que dispõe sobre a exploração e o manejo florestal de forma comunitária; Instrução Normativa nº 05/1998, que dispõe sobre a exploração e o manejo florestal simplificado; e Instrução Normativa nº 06/1998, que dispõe sobre o manejo florestal sustentável de uso múltiplo.

A partir da criação dessas INs, aumentou o número de planos de manejo madeireiro comunitário/familiar protocolados em órgãos de controle e fiscalização ambiental federais e estaduais. Se na década de 1990, eram 218 planos de manejo madeireiro comunitário/familiar submetidos, no período de 2000 a 2006, esse número passou para 1.108 (Pinto et al., 2011). Entretanto, com o aumento de iniciativas relacionadas ao manejo da madeira em territórios de uso coletivo e aqueles da agricultura familiar, as INs nº 04, 05 e 06 do Ibama passaram a não atender toda a diversidade existente nos arranjos socioprodutivos e institucionais do manejo florestal realizado por comunidades locais da Amazônia, sobretudo em áreas protegidas como os assentamentos ambientalmente diferenciados e as unidades de conservação (UCs) de uso sustentável.

No Brasil, a primeira década de 2000 foi marcada por alguns avanços nas leis ambientais e florestais. Dentre eles, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e a Lei de Gestão de Florestas Públicas (LGFP), nº 11.284, de 2 de março de 2006. Essa lei esclareceu os procedimentos para a destinação de florestas públicas às comunidades locais, incluindo o manejo florestal sustentável como atividade produtiva para geração de renda e promoção da melhoria da qualidade de vida das populações que vivem nessas florestas (Brasil, 2006).

A inclusão da agenda sobre o manejo de florestas comunitárias na Lei de Gestão de Florestas Públicas foi resultado de um longo processo de articulação interinstitucional que envolveu fortemente a sociedade civil organizada. Esse processo foi iniciado em 1998, no Acre, e se fortaleceu com a criação do Grupo de Trabalho de Manejo Florestal Comunitário (GT-MFC), em 2001 (Amaral; Amaral, 2005). O GT-MFC foi criado com o objetivo de discutir e subsidiar políticas de manejo florestal comunitário (Brasil, 2007), resultando na criação do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF), Decreto nº 6.874/2009, executado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) sob a coordenação dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário. O PMCF tem por objetivo coordenar as ações de gestão e fomento ao manejo florestal sustentável voltadas aos povos que fazem uso das florestas brasileiras para coexistência (Serviço Florestal Brasileiro, 2016). Conforme descrito no PMCF:

... considera-se manejo florestal comunitário e familiar a execução de planos de manejo realizada pelos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pelos povos e comunidades tradicionais para obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema. (Brasil, 2009).

Com os avanços na legislação florestal brasileira nas últimas duas décadas, as iniciativas formais para o manejo e a comercialização de madeira por famílias e comunidades locais trouxeram novos desafios para o licenciamento dessa atividade produtiva, além de uma mudança da cultura da extração para o manejo consciente e responsável. Embora as comunidades locais façam uso dos recursos florestais há décadas, com a formalização da atividade passam a não apenas extrair o produto da floresta, como também manejá-lo com maior sofisticação (por exemplo, produção de mapas, planilhas de produtividade e monitoramento). Esses desafios levaram os movimentos sociais, que representam os moradores de florestas comunitárias e a sociedade civil organizada, a pressionar o governo para a criação de normas específicas destinadas ao manejo madeireiro comunitário em UCs federais.

Os desafios para a implementação do MFC em UCs federais foram apresentados no Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar de 2010. Como solução, foi criado um grupo de trabalho coordenado pelo Ibama e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão federal responsável por implantar, gerir, proteger, fiscalizar e

monitorar as UCs instituídas pela União. Cabe ainda ao ICMBio fomentar e executar programas de pesquisa e conservação da biodiversidade em UCs federais. O grupo interinstitucional focou esforços na criação de normativas para o licenciamento de Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) comunitários em UCs federais. Durante 2011, esse grupo de trabalho realizou diversos eventos e consultas às instituições de apoio e assessoria ao manejo florestal, instituições de pesquisa, órgãos governamentais ligados ao tema, movimentos sociais e lideranças comunitárias (Santos, 2017). O resultado foi a criação da IN nº 16, de 4 de agosto de 2011, regulamentada pelo ICMBio, a qual reconhece o MFC como uma estratégia para a conservação da biodiversidade aliada à melhoria da qualidade de vida das comunidades locais que vivem em UCs federais de uso sustentável.

A IN nº 16/2011 regula as diretrizes e os procedimentos administrativos para a aprovação de PMFS comunitários para exploração de recursos madeireiros em três categorias de UCs federais: floresta nacional (Flona), reserva extrativista (Resex) e reserva de desenvolvimento sustentável (RDS). Embora a IN nº 16/2011 possa ser aplicada para o manejo de diversos produtos florestais, como as sementes, frutos, borracha, óleos vegetais e cipós, a madeira é o principal produto florestal que provocou a criação dessa normativa.

Os argumentos das partes interessadas que apoiaram o governo federal na criação da IN nº 16/2011 eram que:

As comunidades locais têm o direito de manejar a madeira, pois os moradores já estavam explorando de maneira informal (sem aprovação das agências governamentais), e as regulamentações naquela época não eram adequadas para as organizações de base comunitária, mas sim para a escala industrial. Carlos Eduardo Nascimento dos Santos (comunicação pessoal)².

O Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e as organizações da sociedade civil pressionaram o governo federal a estabelecer regras claras e melhores condições para as comunidades locais administrarem os recursos da floresta, em especial a madeira.

²Comunicação pessoal recebida pela engenheira florestal Ana Luiza Violato Espada, doutoranda da Universidade da Flórida, do analista ambiental do ICMBio, Carlos Eduardo Nascimento dos Santos, Brasília, DF, em 19 de junho de 2019.

A IN nº 16/2011 trouxe mudanças significativas, como a transferência da responsabilidade do licenciamento de PMFS comunitários do Ibama para o ICMBio. Com isso, o ICMBio assume o dever de analisar, aprovar e supervisionar PMFS comunitários em Flona, Resex e RDS, possibilitando maiores chances de as comunidades legalizarem a atividade madeireira, diminuindo o período de espera dos trâmites legais de licenciamento da atividade e facilitando o entendimento do passo a passo do processo. A IN também trouxe abordagens inovadoras para o cenário do manejo madeireiro comunitário na Amazônia. Primeiro, aborda preocupações relacionadas a operações de exploração madeireira, como intensidade de exploração e práticas adotadas para extração das toras; questões econômicas como viabilidade financeira e acesso a mercados; e benefícios sociais, como organização social, participação da comunidade nas atividades madeireiras e divisão de benefícios entre os membros da comunidade. Segundo, reconhece que os arranjos socioprodutivos de extração de madeira devem respeitar as formas tradicionais (locais). Terceiro, delega ao ICMBio a responsabilidade de analisar, aprovar e supervisionar os PMFS comunitários nas UCs federais (ICMBio, 2011). Por fim, a nova norma simplifica e agiliza o processo de licenciamento da atividade ao tornar mais claros os procedimentos administrativos e os papéis de cada setor, principalmente do ICMBio (Santos, 2017).

Chegada da formalidade em unidades de conservação federais: Instrução Normativa nº 16/2011

Existem oito UCs federais na Amazônia com iniciativas comunitárias de manejo madeireiro aprovadas: duas em florestas nacionais (Tapajós e Purus) e seis em reservas extrativistas (Mapuá, Arioca-Pruanã, Ituxi, Verde para Sempre, Chico Mendes e Tapajós-Arapiuns). Carlos Eduardo Nascimento dos Santos (comunicação pessoal)³.

Para cada UC federal, o número de PMFS é diferente. Isso porque em alguns casos os membros da comunidade e/ou o governo decidiram ter um plano de manejo madeireiro para mais de uma comunidade. No total, são 15 planos

³Comunicação via correio eletrônico recebida pela engenheira florestal Ana Luiza Violato Espada, doutoranda da Universidade da Flórida, do analista ambiental do ICMBio, Carlos Eduardo Nascimento dos Santos, Brasília, DF, em 30 de janeiro de 2020.

de manejo madeireiro comunitário aprovados e em andamento nessas UCs federais (Anexo I).

É relevante mencionar que na Resex Ouro Preto, RO, foi aprovado, em 2014, um PMFS comunitário para atender um pedido das comunidades locais, as quais queriam coletar madeira do rio e vendê-la (termo usado: madeira pescada). O ICMBio considera essa iniciativa como uma autorização especial, não como um plano de manejo madeireiro comunitário per se. Carlos Eduardo Nascimento dos Santos (comunicação pessoal)⁴.

A maioria dos PMFS aprovados está em reservas extrativistas, em que a extração madeireira tem um significado simbólico particular. A criação da reserva extrativista como categoria de área protegida de uso sustentável estava diretamente ligada ao movimento social dos seringueiros (Allegretti, 1992). A ideia original do movimento dos seringueiros era demarcar territórios com o objetivo de garantir o direito a terra e autonomia às famílias para manejar os recursos naturais (Allegretti; Anderson, 1990). O movimento lutou contra a extração ilegal de madeira, o desmatamento e a grilagem de terras em diversos estados amazônicos (Mendes, 2012), além de defender a manutenção de florestas protegidas, o que inicialmente não considera a extração madeireira (Cooper; Kainer, 2018). No âmbito das áreas protegidas brasileiras e legislação florestal, a IN nº 16/2011 pode ser considerada um marco acelerador dos processos de aprovação de planos de manejo madeireiro comunitários (Figura 1), na medida em que o órgão gestor começa a trazer a sociedade civil organizada para apoiar em diferentes frentes os beneficiários dessas UCs.

Os processos de aprovação dos planos de manejo madeireiro comunitários na Flona do Tapajós e na Resex Verde para Sempre, antes de 2011, foram relacionados ao Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (ProManejo). O ProManejo impulsionou as iniciativas de manejo madeireiro na Amazônia brasileira entre 1999 e 2006, por meio de financiamento e treinamento fornecido às comunidades e ao setor privado (Veríssimo, 2005). Depois do ProManejo, novos planos de manejo madeireiro comunitários foram aprovados em UCs federais sob as diretrizes da IN nº 16/2011, embora as comunidades tenham submetido seus PMFS madeireiros para análise do

⁴Comunicação telefônica recebida pela engenheira florestal Ana Luiza Violato Espada, doutoranda da Universidade da Flórida, do analista ambiental do ICMBio, Carlos Eduardo Nascimento dos Santos, Brasília, DF, em 17 de dezembro de 2019.

Ibama anteriormente à criação dessa instrução normativa. Naquela época, os PMFS não eram considerados prioritários na agenda do Ibama (Espada et al., 2018).

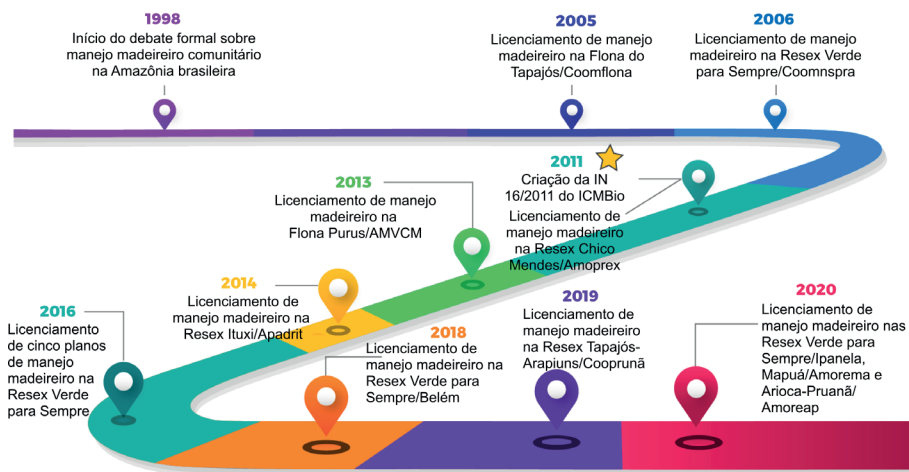


Figura 1. Cronologia de aprovação de planos de manejo madeireiro comunitários em unidades de conservação federais de uso sustentável da Amazônia.

Coomflona = Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós. Coomnspra = Cooperativa Mista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum. IN = Instrução Normativa. ICMBio = Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Amoprex = Associação dos Moradores e Produtores da Resex Chico Mendes em Xapuri. AMVCM = Associação de Moradores da Vila Céu do Mapiá. Apadrit = Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Ituxi. Cooprunã = Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Inambu. Amorema = Associação de Moradores da Reserva Extrativista Mapuá. Amoreap = Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Arioca-Pruanã.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do ICMBio, conforme informado por Carlos Eduardo Nascimento dos Santos (comunicação pessoal)⁵ e Pinto et al. (2011).

Os PMFS de uso madeireiro recentes (após 2011) foram aprovados em contextos distintos. No Acre, por exemplo, o estado financiou, por meio do apoio financeiro internacional do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a indústria madeireira regional, bem como a gestão comunitária de madeira (Acre, 2018). Nos estados do Pará e do Amazonas, as comunidades locais adotaram estratégias de parcerias com diversas organizações governamentais, não governamentais e com empresas do setor florestal (Espada; Serejo, 2016), como, por exemplo, a participação dos membros

⁵Comunicação via correio eletrônico recebida pela engenheira florestal Ana Luiza Violato Espada, doutoranda da Universidade da Flórida, do analista ambiental do ICMBio, Carlos Eduardo Nascimento dos Santos, Brasília, DF, em 30 de janeiro de 2020.

da comunidade nos processos de tomada de decisão e nas atividades operacionais do manejo madeireiro. Em todos os contextos (Acre, Amazonas e Pará), governo, comunidades e organizações não governamentais parceiras buscaram atender as exigências da IN nº 16/2011. Essa convergência de governo e atores internos e externos para o planejamento e execução do manejo madeireiro comunitário espelha o surgimento da cogestão florestal em outras regiões dos trópicos, isso em parte como resposta ao aumento dos direitos de acesso e uso aos recursos florestais por usuários locais, como as comunidades (Gilmour, 2016; Rights and Resources Initiative, 2015).

Reflexão frente aos novos desafios do manejo madeireiro comunitário em unidades de conservação federais

Os arranjos socioprodutivos, compreendidos como a configuração de organização adotada pelos usuários da floresta para trabalhar as atividades de manejo florestal, variam nas UCs federais tanto institucionalmente (regras locais) quanto espacialmente (distribuição das áreas de manejo). A IN nº 16/2011 trouxe novos elementos e desafios para o estabelecimento desses arranjos, de forma a beneficiar, socialmente e economicamente, as comunidades locais e atender as expectativas das organizações externas em conservar florestas (governo e ONGs).

Os novos elementos e desafios para o manejo madeireiro comunitário em UCs federais incluem: 1) o engajamento dos membros da comunidade na tomada de decisões para a gestão e execução do manejo madeireiro; 2) a formulação de acordos para a divisão de benefícios entre os membros da comunidade diretamente envolvidos nas atividades de extração de madeira e aqueles que não estão; 3) a integração do conhecimento local nas atividades de extração madeireira; 4) a tecnologia disponível para executar atividades de transporte das toras/madeira serrada; 5) a forma de capitalização para executar a atividade madeireira nas primeiras três safras, consideradas críticas por demandarem mais investimentos em infraestrutura; 6) a avaliação da viabilidade financeira dos planos de manejo madeireiro; e 7) o acesso das comunidades ao mercado madeireiro regional e nacional (Espada; Pires, 2016; Espada; Serejo, 2016; ICMBio, 2011).

A partir de diversas reflexões baseadas em experiências profissionais, o grupo propôs um encontro que teria como enfoque ouvir e intercambiar histórias de

manejo madeireiro diretamente das pessoas que estavam enfrentando os desafios e inovando o manejo florestal nas comunidades das reservas. O grupo formado por estudantes de doutorado e pós-doutorado, professores e pesquisadores ligados ao Programa de Conservação e Desenvolvimento nos Trópicos (TCD) da Universidade da Flórida, em parceria com pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Acre e Rondônia), se propôs a promover e facilitar a troca de experiências entre casos de manejo madeireiro comunitário em áreas protegidas da Amazônia.

Como a troca de experiências foi realizada?

O *Encontro para Troca de Experiências e Reflexões sobre o Manejo Florestal Comunitário em Áreas Protegidas na Amazônia* foi realizado nos dias 27 e 28 de junho de 2017, no Centro de Treinamento da Embrapa em Rio Branco, Acre. Esse processo envolveu diversas etapas (Figura 2) consideradas cruciais para o desenvolvimento da proposta inicial. O grupo, formado por acadêmicos e profissionais técnicos da área socioambiental, definiu as demandas, os objetivos e as metas a serem alcançadas para cada etapa conforme avaliação da necessidade. Portanto, as etapas não foram definidas previamente, surgiram ao longo do processo, o qual também é resultado do amadurecimento do grupo como proponente e organizador do evento.

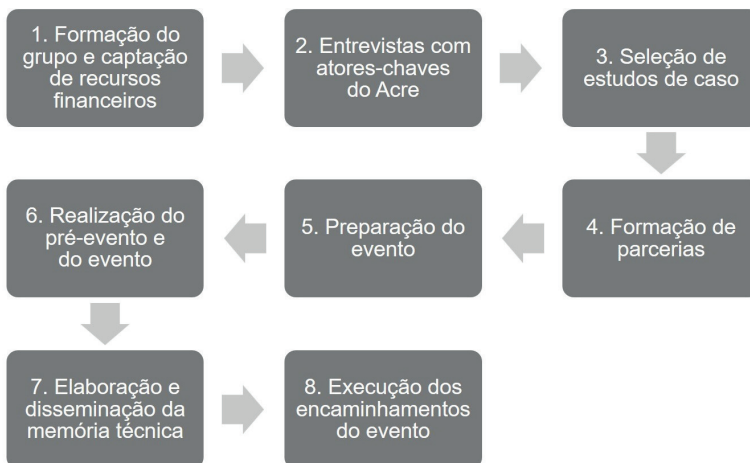


Figura 2. Diagrama do processo de preparação, realização e disseminação do *Encontro para Troca de Experiências e Reflexões sobre o Manejo Florestal Comunitário em Áreas Protegidas na Amazônia*.

Formação do grupo e captação de recursos financeiros

A decisão de criar um grupo de trabalho formado por estudantes de doutorado e professores da Universidade da Flórida foi instigada pela necessidade de compreender por que algumas comunidades tradicionais localizadas no interior de reservas extrativistas amazônicas possuem dificuldades em estabelecer arranjos socioprodutivos de manejo madeireiro comunitário, enquanto outras avançavam mais rapidamente em seus processos coletivos, tendo por marco institucional a IN nº 16/2011, que estabelece as mesmas diretrizes normativas para licenciar planos de manejo madeireiro nesses territórios.

É importante informar que a reflexão sobre as diferenças existentes entre os arranjos socioprodutivos de manejo madeireiro comunitário em reservas extrativistas tem as suas origens: 1) na experiência profissional no Instituto Floresta Tropical (IFT), interagindo com as primeiras comunidades que aprovaram planos de manejo madeireiro comunitários a partir da IN nº 16/2011; 2) no trabalho acadêmico recente (Cooper, 2015) sobre percepções locais a respeito do manejo madeireiro e suas implicações para o bem-estar das famílias e comunidades na Resex Chico Mendes; 3) no trabalho de longo prazo resultante de mais de 20 anos de parceria internacional (UF e Embrapa) e pesquisa colaborativa relacionada ao manejo e ecologia de produtos florestais de uso comunitário, com foco na castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa*) no Acre.

O grupo de trabalho inicialmente formulou a ideia de promover alguma ação que pudesse reunir representantes dos diferentes casos de manejo madeireiro comunitário em áreas protegidas, com o objetivo de compartilhar os principais desafios enfrentados para desenvolver essa atividade econômica e quais foram os aprendizados de cada caso para superar tais desafios. A partir dessa ideia central, surgiram duas demandas: envolver pesquisadores e profissionais de organizações brasileiras e captar recursos. Por haver questões de proximidade profissional e acadêmica, relacionamento profissional de longo prazo e atuação no estado do Acre, o grupo de trabalho passou a contar com representantes da Embrapa Rondônia e Embrapa Acre e professores, alunos e ex-alunos ligados ao Programa de Conservação e Desenvolvimento nos Trópicos (TCD) da Universidade da Flórida, dentre

eles um representante de uma organização não governamental (ONG) com atuação na Amazônia brasileira, o World Wide Fund for Nature (WWF-Brasil).

Com o fortalecimento do grupo de trabalho, também se expandiu a ideia inicial, que era reunir apenas representantes dos diferentes casos de manejo madeireiro comunitário em áreas protegidas para compartilhar suas experiências. A proposta foi ampliada para a facilitação de um encontro com diferentes atores do manejo florestal comunitário do Acre e representantes comunitários de áreas protegidas na Amazônia.

A expansão do grupo também facilitou a maior captação de recursos. O evento recebeu apoio do Programa de Conservação e Desenvolvimento nos Trópicos (TCD), da Universidade da Flórida, por meio do Prêmio Marianne Schmink de Inovação em Conservação e Desenvolvimento nos Trópicos⁶; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); governo do estado do Acre, por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PDSA fase II (apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID); ICMBio; Ministério Público do Estado do Acre (MPAC); e do World Wide Fund for Nature (WWF-Brasil). Com apoio e colaboração foi possível reunir representantes comunitários e organizações parceiras de quatro reservas extrativistas, duas no estado do Pará (Mapuá e Verde para Sempre), uma no Amazonas (Ituxi) e outra no Acre (Chico Mendes). Também foi possível compartilhar a experiência de governança socioambiental do Grupo de Trabalho do Manejo Florestal Comunitário do Marajó, Pará.

Avaliação de desafios e oportunidades

Ao formar o grupo e captar recursos, foram conduzidas uma avaliação de desafios e oportunidades do manejo madeireiro comunitário no Acre e uma consulta a partes interessadas (governo, universidades e ONGs) sobre a necessidade de realização de um evento para troca de experiências, em que representantes comunitários de outros estados pudessem compartilhar seus aprendizados para aprimorar o manejo madeireiro na Resex Chico Mendes. A consulta e posterior avaliação, às partes interessadas, foram atividades

⁶Mais informações: <http://www.tcd.ufl.edu/financial-support/schmink-innovation-award>.

cruciais no processo de preparação do evento, pois a partir delas foi possível compreender o cenário do setor florestal do Acre naquele momento. Com isso, o grupo pôde debater a real necessidade de realizar o evento e ser assertivo no formato e conteúdo que posteriormente seria tratado.

A avaliação de desafios e oportunidades, bem como a consulta às partes interessadas foram conduzidas por uma das autoras, a qual possui ampla experiência profissional no Acre, tendo acesso a diversas instituições relacionadas ao setor florestal do estado. As atividades ocorreram em três fases. A primeira tratou de um mapeamento de instituições e seus representantes. A segunda, entrevistas presenciais para coletar percepções sobre o contexto do manejo madeireiro comunitário no Acre, as principais mudanças ocorridas nos últimos anos que afetaram essa atividade e a visão de futuro do manejo madeireiro comunitário no Acre. Ainda nas entrevistas, foram discutidos a relevância de realizar um evento de troca de experiências entre estados amazônicos, os temas que deveriam ser tratados, sugestões de convidados, local, data e possibilidades de apoio (financeiro, logístico e humano). As entrevistas constituíram importante momento da organização, por serem realizadas in loco, permitindo a construção de relações mais transparentes, baseadas na confiança e respeito. A terceira fase foi uma adaptação da análise de partes interessadas para compreender quais eram as prioridades da instituição em relação ao manejo madeireiro comunitário, os interesses, poder de influência e a capacidade de promover mudanças, mas também vontade institucional para isso.

Seleção de estudo de casos

O grupo selecionou os estudos de casos representativos dos planos de manejo madeireiro comunitário em UCs federais da Amazônia. Para isso foram estabelecidos os seguintes critérios: 1) PMFS licenciado pela primeira vez sob diretrizes da IN nº 16/2011; 2) Plano Operacional Anual (POA) aprovado e autorização para exploração (Autex) emitida pela primeira vez após 2011; 3) PMFS submetido e executado primariamente por populações tradicionais; 4) PMFS com histórico de venda da madeira pela primeira vez após 2011 e sob diretrizes da IN nº 16/2011.

A partir de dados de acompanhamento dos PMFS comunitários em UCs federais fornecidos pelo ICMBio (Anexo I), foram aplicados os critérios de seleção resultando na escolha dos seguintes estudos de casos: Reserva Extrativista Ituxi, Reserva Extrativista Chico Mendes e Reserva Extrativista Verde para Sempre (Tabela 1). Adicionalmente a esses casos, foi incluído o Grupo de Trabalho do Manejo Florestal Comunitário e Familiar do Marajó (GT-MFC do Marajó). O GT é um arranjo interinstitucional composto por várias instituições governamentais e não governamentais, além de representantes de três reservas extrativistas: Terra Grande-Pracuúba, Mapuá e Arioca-Pruanã. A seleção desse caso específico teve como premissa a apresentação de uma iniciativa de governança socioambiental criada primariamente para promoção e fortalecimento do manejo madeireiro comunitário em áreas protegidas de uso coletivo. Como representantes do GT-MFC do Marajó, foram convidados um profissional de organização não comunitária e uma liderança de uma organização comunitária da Resex Mapuá.

Tabela 1. Estudo de casos selecionados para compartilhar experiências de manejo madeireiro comunitário em unidades de conservação de uso sustentável federais da Amazônia.

Estudo de casos	Município	Estado
Resex Ituxi	Lábrea	Amazonas
Resex Chico Mendes	Brasileia e Xapuri	Acre
Resex Verde para Sempre	Porto de Moz	Pará
Grupo de Trabalho do Manejo Florestal Comunitário e Familiar do Marajó	Breves, São Sebastião da Boa Vista, Oeiras do Pará e Curralinho	Pará

Os casos selecionados estão localizados em três estados amazônicos (Figura 3), os quais possuem amplo histórico de iniciativas de manejo madeireiro comunitário, liderados pelo Pará com 48 iniciativas, seguido pelo Amazonas com 36 e Acre com 23 (Pinto et al., 2011).

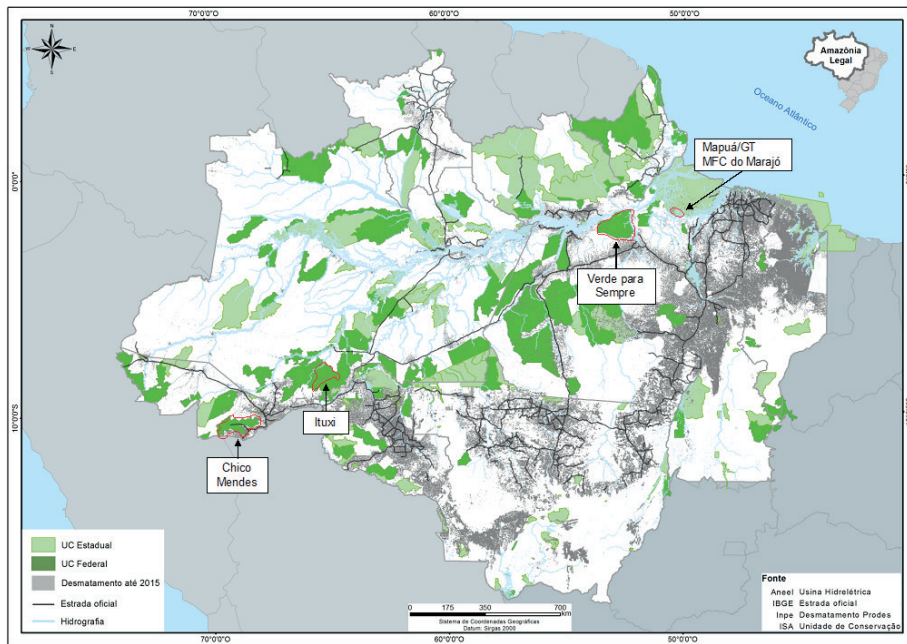


Figura 3. Localização geográfica dos estudos de casos.

Fonte: Adaptado de Araújo et al. (2016).

A partir da seleção, o grupo iniciou a identificação dos atores-chaves para representar os casos. Alguns critérios obrigatórios foram considerados:

- Ter conhecimento histórico e atual da experiência a ser compartilhada.
- Ter participado no longo prazo da experiência a ser compartilhada.
- Ser representante de associação ou cooperativa comunitária.
- Ter facilidade e vontade de apresentar a experiência para audiência ampla (mais de 40 pessoas) e diversa (diferentes setores, incluindo governo).
- Ter aprovação do grupo social que representa para compartilhar a experiência.

Também foram considerados critérios não obrigatórios, porém importantes para a escolha dos representantes:

- Quando houver dois ou mais representantes de cada experiência, buscar equilíbrio de gênero na representatividade do caso.
- Buscar envolver jovens.

Foram definidos 12 atores-chaves como representantes dos casos selecionados para o evento, totalizando quatro estudos de casos (Resex Ituxi, Chico Mendes e Verde para Sempre e GT-MFC do Marajó que incluiu a experiência da Resex Mapuá) e nove experiências compartilhadas (Anexo II).

Formação de parcerias

A partir de consultas, o grupo identificou instituições com interesse e capacidade (financeiro, logístico, humano) para apoiar o evento. Com isso, foram definidas as instituições de realização (Universidade da Flórida/ Programa de Conservação e Desenvolvimento nos Trópicos e Embrapa) e de apoio (governo do estado do Acre, ICMBio, Ministério Público do Estado do Acre, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e WWF-Acre).

Preparação do evento

O Encontro para Troca de Experiências e Reflexões sobre o Manejo Florestal Comunitário em Áreas Protegidas na Amazônia foi realizado nos dias 27 e 28 de junho de 2017, no Centro de Treinamento da Embrapa, em Rio Branco, Acre. O evento constituiu uma das etapas do processo de preparação, realização e disseminação da troca de experiências, sendo algumas ações continuadas, uma vez que o grupo buscou disseminar seus resultados e executar o que foi proposto.

Abordagem metodológica e métodos participativos

Os objetivos do encontro foram:

- Compartilhar e refletir sobre as experiências de manejo florestal comunitário.
- Possibilitar a interação entre os diferentes atores relacionados à gestão de recursos naturais em áreas protegidas de uso comunitário.
- Analisar as diversas abordagens adotadas por comunidades e organizações governamentais e não governamentais na gestão da madeira em florestas comunitárias.
- Refletir sobre as lições aprendidas dos casos de manejo florestal comunitário em áreas protegidas na Amazônia.

As bases metodológicas do evento foram:

- Socialização de experiências de manejo comunitário da madeira em reservas extrativistas.
- Reflexões por meio de perguntas norteadoras para discussão em grupos de trabalhos.
- Reflexão e construção de um diálogo para debater cenários do manejo florestal comunitário na linha temporal de 10 anos, iniciando em 2017.

Realização do pré-evento e do evento

Dia de preparação das narrativas dos estudos de casos

No dia 26 de junho, a equipe de organização do evento se reuniu com os representantes dos casos para um alinhamento metodológico. Esse momento foi chamado de dia de preparação das narrativas dos estudos de casos, o qual foi crucial para obter informações prévias que orientaram a consolidação da agenda do evento, bem como as ferramentas metodológicas para promover o debate e reflexão. Esse dia também foi importante para iniciar o processo de troca de experiências entre os representantes dos casos, uma vez que o momento informal, em reunião intimista, proporcionou um ambiente adequado para ficar à vontade e dialogar sobre suas realidades.

Os representantes dos casos compartilharam informações-chaves para a composição das perguntas norteadoras usadas nos grupos de trabalho e formulação da linha do tempo dos planos de manejo madeireiro comunitário (Figura 4). A linha do tempo considerou eventos importantes do processo histórico para que as comunidades pudessem manejar a madeira em seus territórios coletivos (Anexo III). As atividades do dia de preparação aconteceram em dois locais, na parte da manhã, na Biblioteca Pública Estadual de Rio Branco, e na parte da tarde, no Ministério Público Estadual do Acre.



Foto: Ana Luiza Violato Espada

Figura 4. Moradores de reservas extrativistas da Amazônia narrando eventos importantes para compor a linha do tempo do manejo madeireiro comunitário em seus territórios.

Foi feito também mapeamento de uso da madeira nos territórios familiares e coletivos das Resex. Os representantes descreveram graficamente a espacialização dos usos socioprodutivos dos territórios familiares e coletivos nas reservas extrativistas, pontuando informações-chaves sobre o manejo da madeira (Figura 5). O resultado foi a representação gráfica (mapa) da localização das Resex e comunidades, bem como tipos de usos do solo (agricultura, pesca, uso madeireiro, uso florestal não madeireiro, outros)

considerando especialização de ocupação e uso pelas famílias e pelo coletivo. A formulação da linha do tempo e identificação de atores-chaves para aprovação dos planos de manejo madeireiro comunitário nas Resex foi uma atividade moderada por duas pessoas, com todos os representantes reunidos. O produto serviu de base para compor as perguntas norteadoras, usadas nos grupos de trabalho dos dias 27 e 28 de junho, e consolidar as ferramentas metodológicas aplicadas na promoção do debate e reflexão sobre os casos durante o encontro e para construção de relações de confiança entre os representantes comunitários e os organizadores do evento.

Foto: Ana Luiza Violato Espada

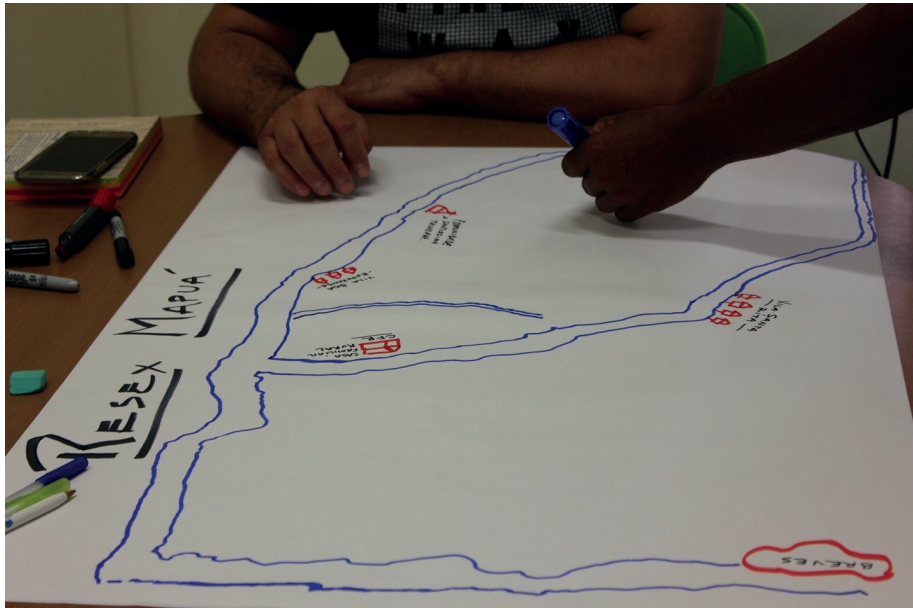


Figura 5. Representantes da Reserva Extrativista Mapuá elaborando mapa de uso da madeira em territórios familiares e coletivos da reserva.

Troca de experiências e reflexões sobre o manejo florestal comunitário em áreas protegidas na Amazônia

Participaram do encontro 54 pessoas representando diversos setores, como governo (17), comunidades (12), sociedade civil organizada (6), iniciativa privada (4), instituições de ensino e de pesquisa (12), organizações de assistência técnica e extensão rural e florestal (3). Representantes de quatro reservas extrativistas, duas no estado do Pará (Mapuá e Verde para Sempre),

uma no Amazonas (Ituxi) e outra no Acre (Chico Mendes), conduziram a troca de experiências. Adicionalmente, foi compartilhada a experiência de governança socioambiental do Grupo de Trabalho do Manejo Florestal Comunitário do Marajó, Pará.

Na Figura 6 consta o registro do grupo de participantes no momento de abertura do evento.



Foto: Eduardo Bongioiolo

Figura 6. Participantes em momento de abertura do evento.

A abordagem metodológica do evento foi centrada nas apresentações dos estudos de casos, em que os representantes foram peça fundamental para a socialização das experiências. Foi importante focar todo o evento nas narrativas e, a partir delas, refletir entre os diferentes setores (governo, comunidades, sociedade civil organizada, iniciativa privada, instituições de ensino e de pesquisa, organizações de assistência técnica e extensão rural e florestal) durante o trabalho em grupos menores (subgrupos). Essa decisão metodológica foi ímpar para dar visibilidade às vozes daqueles que vivenciam diariamente os desafios do manejo madeireiro comunitário nas Resex e para fortalecer os processos de organização social nas comunidades/seringais/colocações representadas no evento. A agenda planejada do encontro

constituiu as narrativas das experiências dos estudos de caso por seus representantes, seguidas de reflexão em grupos de trabalho (Anexo III).

A apresentação das experiências dos estudos de casos foi centrada em narrativas por seus representantes com menor interferência possível das facilitadoras e audiência do evento, objetivando, com isso, o discurso livre durante 30 minutos (Figura 7). Entretanto, devido às restrições de tempo, a facilitadora apresentou perguntas norteadoras para guiar os representantes dos estudos de caso em suas narrativas. Os representantes comunitários/parceiros também usaram os mapas produzidos no dia de preparação como recurso de apoio para suas narrativas.

Fotos: Eduardo Bongioiolo



Figura 7. Narrativas sobre a experiência do manejo madeireiro na Reserva Extrativista Chico Mendes.

Após a apresentação de cada caso, eram realizadas rodadas de perguntas e esclarecimentos entre representantes e audiência do evento. Para proporcionar momentos de reflexões, debate e interação entre os diferentes setores presentes no evento, foram formados subgrupos de trabalho (seis a oito pessoas). Esses subgrupos foram importantes para criar um espaço de diálogo menos intimidador, especialmente para que as pessoas tímidas pudessem se sentir confortáveis em compartilhar suas opiniões (Figura 8). Os subgrupos foram mantidos em outros momentos, possibilitando maior interação entre os membros durante os dois dias de evento.

No total, foram criados seis subgrupos de trabalho, e cada um foi nomeado para fins de identificação e permanência dos mesmos integrantes nos diferentes momentos de reflexão em grupos menores. Previamente ao primeiro dia do evento, a organização definiu os integrantes dos grupos conforme o setor

(governo, comunidades, sociedade civil organizada, iniciativa privada, instituições de ensino e de pesquisa, organizações de assistência técnica e extensão rural e florestal) para buscar diversidade de atores na composição.

Cada subgrupo de trabalho recebeu perguntas norteadoras particulares, para guiar a reflexão e debate sobre as experiências narradas. Previamente às apresentações dos casos, as facilitadoras do evento compartilharam as perguntas com o intuito dos participantes fazerem anotações pertinentes para a reflexão e debate (todos receberam crachás com cores distintas para identificar os grupos). Posteriormente ao debate em grupos menores, seus integrantes compartilharam em plenária os resultados, utilizando informações registradas em cartazes. A dinâmica de apresentação das experiências de manejo comunitário madeireiro, debates em grupos menores e socialização dos resultados em plenária ocorreram no primeiro dia (27 de junho) e no período da manhã do segundo dia do evento (28 de junho).



Figura 8. Subgrupos de trabalho em momento de reflexão e debate sobre as experiências com manejo madeireiro comunitário em reservas extrativistas.

Para consolidar as reflexões dos grupos sobre os casos apresentados e buscar estratégias de aprimoramento do manejo madeireiro comunitário em áreas protegidas da Amazônia, foi adotada como parte da abordagem metodológica a atividade denominada “cenários do manejo florestal comunitário”. No período da tarde do dia 28 de junho, foram formados novos grupos de trabalho. Os integrantes foram divididos por estados, conforme residência ou atuação. O grupo 1 foi formado por representantes do Pará e Amazonas e o grupo 2 por representantes do Acre. Cada grupo, composto por representantes de diferentes setores, discutiu e registrou o cenário verde (melhor cenário) e o cenário cinza (pior cenário) para o manejo florestal comunitário no período de 2017 a 2027. Os grupos também desenharam em cartazes a linha do tempo incluindo os eventos para se chegar ao cenário verde e ao cenário cinza. Após esse exercício, os grupos debateram o que precisaria acontecer para a concretização do cenário verde e o que precisaria ser evitado para impedir o cenário cinza (Anexo IV). Durante todo o encontro, uma aluna da Universidade Federal do Acre (Ufac) e uma pessoa da organização do evento fizeram anotações que posteriormente foram editadas em formato de memória técnica. O envolvimento da aluna da Ufac foi crucial para apoiar os organizadores, além de possibilitar momentos de capacitação para a estudante.

Elaboração e disseminação da memória técnica

Foi elaborado um documento informativo contendo a contextualização do *Encontro para Troca de Experiências e Reflexões sobre o Manejo Florestal Comunitário em Áreas Protegidas na Amazônia* com a descrição das atividades realizadas para promover a facilitação da troca de experiências, o conteúdo na íntegra das narrativas, os resultados dos grupos de trabalho e discussões técnicas, bem como perspectivas de atividades futuras. Nesse documento, denominado “memória técnica”, conta todo o conteúdo tratado ao longo dos dois dias de evento, documentado por duas relatoras em tempo integral e por meio de registro fotográfico do material produzido nos grupos de trabalho⁷.

⁷A memória do evento pode ser acessada, na íntegra, na página on-line do TCD/UF: http://uftcd.org/wp-content/uploads/2018/04/Memoria_Encontro-MFC_UCs.pdf.

A disseminação da memória técnica foi realizada de maneira digital: e-mail para todos os participantes, para os parceiros que apoiaram a realização do evento e para organizações federais e estaduais que atuam com a temática. O grupo apresentou a memória técnica e principais resultados do evento para partes interessadas do Acre, em reunião realizada no Ministério Público Estadual do Acre, no dia 17 de agosto de 2017. O processo de organização do evento, bem como os principais resultados foram disseminados em eventos acadêmicos no Brasil (Espada et al., 2019) e Estados Unidos (Universidade da Flórida, Universidade de Yale, Universidade do Texas em Austin) no formato de apresentação oral e pôster.

Execução dos encaminhamentos do evento

A execução de atividades previstas nos “próximos passos” definidos no evento foi parcialmente alcançada. Isso se deve ao fato de que a organização do evento não tem gerência e capacidade estrutural para assumir tais compromissos, e parte porque o exercício de discutir os “cenários do manejo florestal comunitário” foi possibilitar o debate para que atores locais identificassem ações que eles mesmos pudessem realizar para alcançar o cenário do mundo verde e evitar o cenário do mundo cinza. Assim, as ações integrantes do escopo geral da organização do evento com continuidade foram: 1) consolidar a memória do evento para que os participantes pudessem compartilhar as informações geradas para suas comunidades e instituições; 2) cultivar parcerias existentes e promover diálogo para formação de novas parcerias, de forma a fortalecer uma rede de comunicação entre os casos, tornando possível a contínua troca de experiências; e 3) promover mais ações para a troca de experiências entre representantes comunitários.

O grupo de trabalho criado para organizar o evento conseguiu cultivar parcerias estabelecidas entre membros do TCD/UF e Embrapa Rondônia e Acre, além de manter diálogo com ICMBio, em diferentes esferas (Brasília e regionais do Acre, Pará e Amazonas), por meio do trabalho dos organizadores/estudantes de pós-graduação. O encontro também incentivou a realização do *Intercâmbio Comunitário para Troca de Experiências e Aprendizados sobre Manejo Madeireiro Comunitário em Áreas Protegidas da Amazônia* nos dias 17 a 21 de outubro de 2019, que fez parte da metodologia de pesquisa

participativa de uma das autoras, proporcionando a formação de uma rede de comunicação entre casos de manejo madeireiro comunitário em reservas extrativistas, tornando possível a contínua troca de experiências.

O que foi aprendido com a troca de experiências?

A partir do processo de preparação, realização e disseminação do encontro, o grupo pôde extrair aprendizados sob duas perspectivas. A primeira sobre os casos de manejo madeireiro comunitário compartilhados no evento e a segunda sobre abordagem metodológica para promover a troca de experiências entre diferentes territórios de uso coletivo de seus recursos florestais amazônicos. Os aprendizados gerados são fruto de um coletivo maior, não somente das autoras deste documento técnico. A proposta é que os métodos sejam analisados e adaptados para diversos contextos que objetivam compartilhar experiências de uso coletivo de recursos naturais por meio do empoderamento daqueles que vivenciam diariamente os desafios e conquistas dessas experiências em suas comunidades.

Aprendizados sobre os casos de manejo madeireiro comunitário

A história do manejo florestal em áreas protegidas é uma história recente. O manejo madeireiro tem questões políticas e complexas para serem discutidas [...]. Um dos grandes objetivos do evento é entender como estamos hoje, os desafios que vamos enfrentar daqui para frente e o que precisamos melhorar. (Representante do WWF, p. 13)⁶.

A partir da intensa troca de experiências, debates e reflexões entre os participantes do evento, emergiram padrões diferenciados na análise dos questionamentos, de “como estamos hoje” no manejo madeireiro nos casos apresentados das reservas extrativistas.

⁶Todas as citações diretas usadas neste documento foram extraídas da memória técnica do *Encontro para Troca de Experiências e Reflexões sobre o Manejo Florestal Comunitário em Áreas Protegidas na Amazônia*, realizado em 2017. Ao longo deste documento, para esta e as demais citações diretas, foram inseridos apenas o nome da organização e a página de referência da memória.

... [o evento] é realmente uma experiência única que a gente tem quando anda nas comunidades e questiona: O que é manejo? Vocês querem manejo? Depende. E o dinheiro? Quanto custa? Quanto eu vou ganhar? Enfim, são muitos os questionamentos, e nesses questionamentos é necessária a intervenção da academia, dos institutos, das organizações da sociedade civil. Assim é preciso discutir dentro das comunidades: De que forma? A forma que ela quer. Qual o momento? Então, quando a pesquisa chega até a comunidade ela vem em um bom momento, por quê? Porque é um momento de curiosidade, em que ela quer entender o que vai ter de mudança na vida dela, por meio do manejo. A experiência, com o intercâmbio de outros estados, só vai fortalecer ainda mais e tirar as dúvidas que estejam ocorrendo aqui dentro da Reserva Chico Mendes. O ICMBio tem acompanhado os processos de licenciamento junto às associações concessionárias na Resex Chico Mendes, dentre elas a Amoprex [Associação dos Moradores e Produtores da Resex Chico Mendes em Xapuri] está muito avançada, estão muito interessados, e já se mostraram bem capacitados. Em reunião extraordinária do conselho da Reserva Extrativista Chico Mendes, uma das necessidades levantadas por eles foi a vontade de trocar experiências com outros estados... (Representante do ICMBio, Acre, p. 15).

A seguir é apresentada uma comparação analítica entres os casos de manejo madeireiro comunitário, baseada nas falas dos participantes do evento em relação às iniciativas que aconteciam na Resex Chico Mendes e nas observações que ocorreram no decorrer do evento. Especificamente, emergiram pontos-chaves que distinguiram, principalmente, os casos da Resex Chico Mendes, no estado do Acre, das Resex Verde para Sempre, Mapuá e Ituxi, nos estados do Pará e Amazonas, respectivamente (Tabela 2).

Tabela 2. Aprendizagens agrupadas em pontos-chaves para a comparação analítica entre casos apresentados nas reservas extrativistas.

Ponto-chave na comparação analítica	Aprendizagem	
	Resex Chico Mendes (Acre)	Resex Verde para Sempre e Mapuá (Pará) e Ituxi (Amazonas)
Perspectiva, motivação e origem do projeto de manejo madeireiro	O manejo madeireiro se apresentou mais como uma agenda externa (governo do estado do Acre) do que uma vocação local	A decisão para manejar a madeira vem de um processo histórico pelo qual as comunidades demonstram vocação e lutaram para legalizar a atividade
Organização e arranjos socioprodutivos	As políticas públicas estaduais têm influência nos arranjos socioprodutivos do manejo madeireiro comunitário	Maior organização social para o trabalho coletivo no manejo da madeira

Continua...

Tabela 2. Continuação.

Ponto-chave na comparação analítica	Aprendizagem	
	Resex Chico Mendes (Acre)	Resex Verde para Sempre e Mapuá (Pará) e Ituxi (Amazonas)
Decisões de “como” e “quando”	As comunidades tiveram menor participação nos processos de tomada de decisão do “como” e “quando” fazer o manejo madeireiro	As comunidades participaram dos processos de tomada de decisão do “como” e “quando” fazer o manejo madeireiro
Participação comunitária	Os comunitários possuem baixo índice de participação nos processos de tomada de decisão e execução das operações florestais	Os comunitários possuem alto índice de participação nos processos de tomada de decisão e execução das operações florestais
Repartição dos benefícios	A repartição dos benefícios financeiros do manejo madeireiro atinge menores índices coletivos (nível familiar)	A repartição dos benefícios financeiros do manejo madeireiro atinge maiores índices coletivos (nível coletivo)
Parceiros externos e capacitação	Algumas parcerias foram estabelecidas externamente, fora do escopo de tomada de decisão das comunidades, interferindo nos arranjos socioproductivos do manejo madeireiro comunitário	As comunidades buscaram por seus parceiros a partir do entendimento do que cada parceria poderia gerar de benefícios para suas iniciativas de manejo madeireiro comunitário
Tecnologias selecionadas	Os planos de manejo florestal sustentável foram elaborados a partir de amplo conhecimento técnico dos parceiros, considerando menos as tecnologias sociais e conhecimentos locais	As comunidades e parceiros buscaram integrar tecnologias sociais e conhecimento local já aplicados pelas comunidades na extração madeireira, nos planos de manejo florestal sustentável

Embora houvesse perspectivas e objetivos semelhantes quanto ao manejo madeireiro entre comunidades, as reflexões mostraram contrastes nos pontos-chaves, indicando trajetórias distintas entre os casos.

Perspectiva, motivação e origem dos projetos

As comunidades representadas nos estudos de caso compartilharam mais pontos em comum do que diferenças em suas trajetórias para o manejo madeireiro comunitário. Os representantes do Acre, Amazonas e Pará narraram que a introdução da extração madeireira de baixa intensidade nas comunidades surgiu como um meio para alcançar objetivos comuns em todos os casos. A legalização do manejo madeireiro comunitário foi descrita como uma atividade econômica para diversificar meios de subsistência existentes a partir da floresta e melhorar o bem-estar das famílias. A legalização da exploração madeireira nas Resex garantiria, desse modo, renda complementar e abriria as portas para novas oportunidades e também aplicações de conhecimentos e habilidades adquiridos com o manejo madeireiro. No entanto, os representantes das Resex afirmaram que cada iniciativa – sua história, geografia, conhecimento, práticas e visões para o futuro – é única e, portanto, requer uma abordagem localizada para o desenvolvimento do projeto.

O manejo madeireiro na Resex Chico Mendes (Xapuri, Brasileia e Epitaciolândia), diferentemente dos demais casos apresentados, foi introduzido em um contexto econômico mais recente em que a forte oscilação de valor dos principais produtos (castanha-da-amazônia e borracha) influenciou a decisão das comunidades em adotar o manejo madeireiro como atividade geradora de renda.

A Reserva [Chico Mendes] foi criada e todos os moradores já eram extrativistas. Tinha um problema que era o marreteiro, e para se livrar do marreteiro criaram uma cooperativa, a Caex [Cooperativa Agroextrativista de Xapuri]. Nesse tempo a Caex teve uma área de abrangência muito grande, depois, com o passar do tempo o preço da castanha e da borracha caiu e a Caex faliu. Assim, sem ter o que vender, decidiram fazer o manejo florestal [da madeira]. (Representante da Resex Chico Mendes, Xapuri, p. 37).

Na Resex Chico Mendes, as iniciativas para o licenciamento de manejo madeireiro ocorreram por associação comunitária, as quais representam os municípios onde a reserva está localizada. A associação do município de Xapuri (Amoprex) licenciou o projeto de manejo madeireiro em 2011 e iniciou efetiva exploração em 2014. Dentro da mesma Resex, seringais/colocações dos municípios de Brasileia e Epitaciolândia – que também valorizam a

diversificação e uso múltiplo da floresta – expressaram diferentes visões de como fazer o manejo madeireiro (por exemplo, métodos para extração da madeira e produto final: tora ou serrado), para atender de forma consistente os valores locais. Em 2017, os arranjos para o manejo madeireiro em Brasileia e Epitaciolândia ainda estavam em definição, distanciando um pouco do formato adotado em Xapuri.

Tem 60 famílias sócias da Associação Wilson Pinheiro que se reúnem com frequência e têm uma boa organização social. Elas têm vontade de fazer trabalho com aproveitamento de madeira de árvores caídas. Não têm vontade de trabalhar com máquinas pesadas na floresta, pensam em um manejo de baixa intensidade e baixo impacto. A nossa comunidade pensa em trabalhar com serraria portátil, tração animal, tobata ou quadriciclo, porque a gente sabe que outras comunidades entraram com máquinas grandes e a floresta ficou cheia de “espera!” que tomou conta. Tem lugares que tem manejo, que não tem castanha nem seringa e o manejo é mais importante. Aonde tem muita castanha, jutaí, jatobá, seringa, aonde a gente planta milho, arroz, macaxeira, cupuaçu, castanha, banana, a gente não quer se debruçar apenas sobre essa atividade. A gente destaca que tem áreas diferentes, áreas que dá, que pode dar certo, onde a produtividade de castanha é pouca e tem outras que não produzem. A gente entende que cada uma tem uma realidade diferente. A gente quer fazer o plano de manejo da madeira caída, caiu e a gente quer aproveitar e depois pensar na madeira que está em pé, a gente pensa em começar desse jeito e depois evoluir. Nós temos três frentes de trabalho, o núcleo de base, grupo de mulheres e a associação. (Representante da Resex Chico Mendes, Epitaciolândia, p. 44).

A gente nunca fez o manejo da madeira, [...] mas a gente quer fazer para saber. Cada comunidade é diferente. Tem uma realidade diferente. A gente quer primeiro fazer o manejo da madeira caída, não estamos pensando de imediato em fazer o manejo madeireiro da floresta em pé. Mas depois se der certo a gente avança. (Representante da Resex Chico Mendes, Brasileia, p. 44).

Nas Resex Verde para Sempre, Mapuá e Ituxi, a exploração madeireira era praticada pelos moradores anteriormente à criação da unidade de conservação, sendo atividade resultante da vocação local. Assim como na Resex Chico Mendes, os casos do Pará e Amazonas também possuem a madeira como atividade econômica secundária, em que os comunitários e seus parceiros buscam olhar o território de forma integrada para as diversas atividades produtivas e econômicas existentes e potenciais, evitando direcionar todos os esforços humanos e financeiros apenas para a legalização da atividade madeireira.

A Resex [Verde para Sempre] é dividida em zonas (zonas alteradas, de floresta e de várzea). A área de várzea ocupa 40% da reserva e é nessa área que é realizada a

criação de búfalo. A parte da floresta é onde a gente trabalha e realiza as atividades extrativistas. Nossa aptidão é trabalhar com madeira, sempre trabalhamos com a madeira, e legalizar a exploração foi muito importante. Eu nasci e me criei trabalhando com madeira. (Representante da Resex Verde para Sempre, Pará, p. 20).

A legalização da extração da madeira foi uma motivação para contribuir com a geração de renda e bem-estar das famílias, mas também como forma de assegurar o uso dos recursos naturais do território. O manejo legalizado influenciou na legalização de toda a cadeia de valor da madeira, como apresentado no caso da Resex Ituxi, em que o PMFS comunitário fez com que parte das movelarias de Lábrea buscasse adequação legal para receber a madeira desse plano. No âmbito mais local (nas comunidades), também foi instaurado pacto pela legalidade, em que a família que não entra no manejo madeireiro comunitário não pode explorar ilegalmente a área comunitária da Resex criando, desse modo, uma nova forma de controle social para a conservação da floresta. O manejo madeireiro comunitário trouxe benefícios de menor impacto sobre a floresta, uma vez que o aumento do planejamento pode garantir sustentabilidade dos recursos florestais para as próximas gerações, inibindo a presença de exploração ilegal.

Embora o manejo madeireiro seja uma atividade econômica importante para as comunidades da Resex Verde para Sempre, os casos apresentados revelam que a diversificação de atividades produtivas e econômicas é ímpar para a estabilidade da comunidade no aspecto social, econômico e de segurança alimentar.

A gente está fazendo o que sempre fez, agricultura, pesca e tudo isso que eu já falei. A paciência que nós temos é para não errar, não colocar o carro na frente dos bois. O manejo madeireiro será a complementação da renda, não é a única fonte de renda. Temos que ter produto de uso múltiplo, o que tiver na floresta nós vamos explorar, mas nós estamos engatinhando. (Representante da Resex Verde para Sempre, Pará, p. 23).

Esses projetos foram fundamentados em uma visão de organização social, uma abordagem colaborativa holística e a geração de benefícios coletivos.

É importante pensar em ressignificação de atividades, trazer o que todos os grupos trouxeram, o ofício de manejar, a importância da organização e do empoderamento, a organização social é um instrumento de desenvolvimento da atividade. Precisamos mesmo refletir sobre o objetivo de se criar determinadas organizações. É importante para não perder o foco da vocação principal de cada comunidade. (Representante da Emater, Pará, p. 48).

O manejo madeireiro valoriza a floresta e seu potencial produtivo. O caso da Resex Verde para Sempre mostrou que a abertura de mercado para a madeira levou à retomada da produção de açaí e castanha-da-amazônia, trazendo com isso a abordagem do uso múltiplo da floresta e integrando manejo de várzea (açaí) com manejo em terra firme (madeireiro). O benefício, nesse sentido, é que o manejo madeireiro comunitário promove a discussão coletiva das alternativas econômicas vindas da floresta. As capacidades cultivadas para a gestão do manejo madeireiro têm potencial de contribuir na organização produtiva de outros produtos florestais. Nessa perspectiva, o manejo de uso múltiplo tem a visão de busca da sustentabilidade: “queremos floresta para nós, nossos filhos e netos”. (Representante da Resex Verde para Sempre, Pará, p. 23).

Organização e arranjos socioprodutivos

A organização social para o manejo comunitário pode transformar o território. Isso pode ser exemplificado por meio da criação de calendários produtivos com atividades diversificadas, reforçando que, sem planejamento e organização, não é interessante avançar a agenda do manejo madeireiro.

Dentre as Resex que aprovaram seus planos de manejo madeireiro comunitários, a partir da IN nº 16/2011, existem algumas iniciativas que estão mais avançadas nos aspectos de organização do trabalho coletivo, a exemplo das Resex do Pará e Amazonas, quando comparadas a outras, como as iniciativas da Resex Chico Mendes (Tabela 2).

Os arranjos socioprodutivos da Resex Chico Mendes/Xapuri diferenciam-se dos demais casos em relação ao território destinado para o manejo madeireiro. Nos demais casos, são áreas de uso coletivo determinadas pela comunidade, enquanto na Resex Chico Mendes/Xapuri, o manejo madeireiro acontece em áreas individuais das famílias, que juntas formam a unidade de produção anual (UPA).

Na Resex Chico Mendes cada comunitário tem uma colocação. A minha colocação tem três estradas de seringa, eu separei uma e todo ano eu tenho 20 ha para o manejo, e 100 ha eu separei para estar trabalhando no manejo. Todas as famílias são assim, têm 20 ha de POA anual. (Representante da Resex Chico Mendes, Xapuri, p. 40).

Dentro dessa UPA cada extrativista tem uma UT [unidade de trabalho] que varia de 20 a 40 ha. E elas estão bem distantes uma da outra, de 30 a 60 minutos. (Representante da Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários, Acre, p. 40).

Mesmo assim, existem mecanismos de organização local semelhantes entre as Resex que buscam o engajamento por meio do diálogo, apesar das distâncias entre famílias.

O processo para tomada de decisão aconteceu através da associação, a gente organizou a comunidade, explicamos tudo, criamos um termo de compromisso com todo mundo, para participar das reuniões, a gente não podia faltar mais que três reuniões consecutivas, se não tinha que se explicar. Nós temos 11 núcleos de base, mas só sete estão fazendo manejo, são cerca de 60 famílias trabalhando com o manejo comunitário. (Representante da Resex Chico Mendes, Xapuri, p. 39).

Nós moramos no interior da floresta. Moramos distante, a distância dele é de 11 horas, já a minha é de 6 horas de barco para a sede do município [Porto de Moz]. Nos reunimos duas vezes por mês [na sede, representantes das associações]. (Representante da Resex Verde para Sempre, Pará, p. 22).

Decisões de “como” e “quando” e participação comunitária

A experiência da Resex Chico Mendes revelou que o governo do estado do Acre apoiou as atividades de manejo florestal nos seringais/colocações, mas os moradores possuíam pouca participação nos processos de tomada de decisão sobre como e quando fazer o manejo madeireiro, e isso acabou por refletir negativamente na gestão comunitária dessa atividade econômica e na participação dos moradores nas atividades operacionais. No Acre, desde o início dos anos 2000, os modelos de exploração de madeira por comunidades evoluíram e foram realizados esforços para enfrentar os desafios persistentes nas comunidades da região, particularmente aqueles relacionados à viabilidade econômica do manejo da madeira. A tendência de contratar terceiros para as operações de extração de madeira é uma abordagem adotada no Acre (Wallace et al., 2018).

O governo financiou a etapa pré-exploratória do manejo (inventários, elaboração do PMFS) e também a infraestrutura: apoiou com uma balsa e depois com o ramal para viabilizar a extração. A gente não tinha experiência para fazer manejo. (Representante da Resex Chico Mendes, Xapuri, p. 39).

A gente tem discutido [sobre o processo do manejo madeireiro] sim. Mas a gente ficou chateado que desde o início do inventário, eles [governo] não envolveram a comunidade, para a comunidade poder caminhar com as próprias pernas. Os

comunitários não faziam nada. E a gente não entrou em acordo. (Representante da Resex Chico Mendes, Seringal Filipinas, Brasileia, p. 43).

Parece que o negócio vem de fora para dentro, do jeito que a gente vê de fora, a gente sente uma pressão para o manejo sair logo. Nos preocupa essa questão do manejo [na Resex Chico Mendes]. (Representante da SOS Amazônia, Acre, p. 45).

Na Resex Chico Mendes, diferente dos demais casos, a terceirização da gestão e execução do manejo madeireiro gerou a falta de envolvimento dos moradores em todo processo e, conseqüentemente, conflitos internos, os quais foram acirrados com a falta de comunicação entre os seringais/colocações. No entanto, o experimento de manejo madeireiro comunitário na Resex Chico Mendes continua a evoluir.

O governo do estado do Acre investe no setor florestal, abriu linhas de financiamento para viabilizar os planos de manejo e infraestrutura na Resex Chico Mendes. E agora fará o investimento na qualificação das comunidades envolvidas... O governo do estado [do Acre] está tentando retomar as atividades do manejo florestal em áreas protegidas, em reservas extrativistas, mas sob uma nova ótica: construir uma iniciativa econômica de base comunitária, que não pode estar presa a números, como forçar uma competição com iniciativas empresariais. Estão incorporando o elemento da gestão comunitária (ao contrário da lógica de manejo empresarial em comunidades), fortalecendo e empoderando as associações comunitárias, que são as organizações que vão desenvolver o manejo. (Representante da Sema, Acre, p. 15).

As novas formas de organização, como um efeito reativo aos erros cometidos no passado, também foram apresentadas pelo caso da Resex Chico Mendes/Brasileia e Epitaciolândia, que tem atuação da Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasileia e Epitaciolândia (Amoprebe), a qual estava discutindo a criação de uma nova cooperativa para fazer a gestão do manejo madeireiro nos seringais desses municípios.

Por outro lado, os projetos no Pará e no Amazonas emergiram de iniciativas orientadas pelas comunidades. Algumas delas tiveram como referência projetos de extração madeireira bem-sucedidos em outras comunidades e áreas protegidas, o que ajudou a moldar a visão dos moradores por conta própria. Especificamente os casos narrados da Resex Verde para Sempre mostraram que as comunidades foram influenciadas por outras e que suas decisões também foram baseadas na experiência prática desses outros casos, mesmo quando a comunidade tinha experiência local com a atividade de exploração madeireira.

Na Resex Verde para Sempre cada morador tem seu lote e as áreas exploradas são comunitárias. A associação foi criada em 2005, com a esperança de fazer o manejo florestal. Cada projeto desse, cada comunidade dessa tem a sua associação, tem seu plano. O caso do Arimum é diferente, eles já tinham uma cooperativa, e foi um projeto piloto, que trouxe experiência, influência para nós. Foi uma referência para a gente fazer o manejo. (Representante da Resex Verde para Sempre, Pará, p. 19).

No Acre, houve casos regionais de manejo madeireiro comunitário em projetos de assentamentos que poderiam ter influenciado os arranjos socioprodutivos atuais na Resex Chico Mendes. No entanto, as discussões, debates e lições apreendidas na época inicial do manejo comunitário no Acre durante os projetos pilotos não foram sistematizados e compartilhados antes de iniciar essa nova fase recente na Resex Chico Mendes.

No Pará e no Amazonas, a iniciativa da comunidade e a organização bem-sucedida se materializaram em projetos nos quais a participação dos membros da comunidade estava descrita nos PMFS.

O plano de manejo é gerenciado pelas associações, pelos comunitários, ninguém terceiriza nada lá. (Representante da Resex Verde para Sempre, Pará, p. 20).

O sucesso nesses casos também mostra que é importante envolver mais jovens e mulheres no processo de organização, execução e gestão do manejo madeireiro, como visto no caso da Resex Ituxi, o qual trouxe a reflexão sobre a inclusão de grupos geralmente marginalizados dentro das comunidades, quando o assunto é manejo madeireiro.

Mas também tem pontos positivos, que é o envolvimento da juventude e das mulheres. No caso da Apadrit [Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Ituxi], as mulheres se envolvem no inventário, corte, planejamento, arraste e no romaneio, e os jovens também. Os jovens têm uma responsabilidade imensa para garantir as atividades para os próximos anos. (Representante do IFT, p. 24).

A iniciativa para o manejo madeireiro a partir dos comunitários é um diferencial que se mostrou presente nos casos das Resex Ituxi, Mapuá e Verde para Sempre, refletindo também na organização social bem estruturada, em que os moradores interessados no manejo madeireiro contam com o apoio de associações e cooperativas comunitárias na gestão coletiva da atividade. O manejo madeireiro faz parte do universo das lutas extrativistas, e embora o caso da Resex Chico Mendes não esteja no mesmo patamar de organização social para a gestão e execução do manejo madeireiro, a história e experiência

de luta para reconhecimento e fixação no território também fortalecem o manejo madeireiro comunitário nas áreas protegidas da Amazônia. Nesse sentido, os moradores mostraram interesse em manejar a madeira como fonte de renda extra, motivação presente em todos os casos e mais evidente na Resex Chico Mendes.

O manejo madeireiro comunitário pode trazer fortalecimento e empoderamento das comunidades e capacidade de autogestão, reforçando que a organização social é necessária para o trabalho coletivo, seja com madeira, castanha ou açaí. Porém, a madeira requer maior organização social, por ser uma atividade mais complexa do ponto de vista de implementação. A organização social vai além, permite o acesso às políticas públicas. Quando fortalecida e articulada, envolvendo os moradores e suas representações políticas e econômicas, também resulta na gestão comunitária que visa à longevidade da atividade, fato observado com os exemplos dos casos da Resex Verde para Sempre de criação dos fundos para gerir a venda da madeira, de forma a se capitalizar para a próxima exploração e não depender de investimentos externos.

O engajamento dos moradores também se reflete nos diferentes arranjos socioprodutivos, resultantes da integração do conhecimento local e das experimentações operacionais junto aos parceiros da parte técnica. O caso da Resex Ituxi ilustra o uso de novas técnicas, como motocicleta, no transporte da madeira, buscando redução de custos operacionais e menor dependência de empresa prestadora de serviços. A participação dos moradores nas atividades pré-exploratórias, exploratórias e pós-exploratórias também reduz custos operacionais. Em relação à parte de comercialização, os moradores desempenham um papel crucial para a articulação de parcerias e projetos, o que ficou evidente no caso da Resex Verde para Sempre. A qualificação (sensibilização), treinamento e capacitação para conhecer o manejo madeireiro antes de decidir fazê-lo é o primeiro passo que os moradores devem dar e, para isso, contam com os parceiros.

Parceiros externos e capacitação

O manejo madeireiro é uma atividade que requer o envolvimento, a coordenação e a capacidade técnica de muitos atores e de vários setores: associações comunitárias, organizações não governamentais (ONGs) e

autoridades governamentais. Além da organização comunitária, é importante a coordenação entre as ONGs e as organizações governamentais (como, por exemplo, o ICMBio e Sema, Acre). A partir disso, os atores têm maior facilidade de juntar e direcionar as suas capacidades especializadas e seus diversos recursos. Com base nos casos narrados no evento, o engajamento de diversos atores e setores parece ser a estratégia mais bem-sucedida para cultivar a autonomia da comunidade e a sustentabilidade do projeto de manejo madeireiro.

... as comunidades estão aptas e têm liderança e conhecimento. Contudo, não podem fazer sozinhas, as parcerias são necessárias e precisam de bons parceiros. Existem muitas pressões sobre a floresta, estamos aqui em grupo para poder dizer como podemos fazer melhor. (Representante da Universidade da Flórida, p. 14).

A inclusão do Grupo de Trabalho do Manejo Florestal Comunitário e Familiar do Marajó (GT-MFC do Marajó) como um estudo de caso trouxe reflexões sobre a importância das parcerias para promover o manejo de uso múltiplo das florestas comunitárias, assim como o envolvimento de diferentes setores da sociedade e a coordenação entre organizações no nível institucional. O GT é um arranjo interinstitucional composto por várias instituições governamentais e não governamentais (ICMBio, Emater-PA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), IFT, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará), além de representantes de três reservas extrativistas (Terra Grande-Pracuúba, Mapuá e Arioca-Pruanã).

Nós percebemos que cada instituição estava no seu quadrado, e a gente precisava se integrar. Até que houve uma provocação do IFT junto com o ICMBio... Temos um plano de trabalho que envolve a organização social, o planejamento, a execução e a comercialização [de produtos da floresta]. (Representante da Emater, Pará, p. 35).

Se as instituições saírem da sua zona de conforto, para discutirem seus potenciais e o que cada um pode fazer, as coisas acontecem. É uma estratégia importante de ser trabalhada. (Representante da Emater, Pará, p. 37).

O que foi feito foi a otimização de ações e é possível de ser replicado, foi feita uma articulação institucional. O momento é crítico e muitas das vezes as ações se sobrepõem. Por que não nos unimos e fazemos ações conjuntas? (Representante do Centro dos Trabalhadores da Amazônia, Acre, p. 37).

Os casos do Pará e Amazonas também foram baseados na importância das parcerias para a promoção e estruturação do manejo madeireiro comunitário e ao mesmo tempo construindo um ambiente para menor dependência das comunidades em relação a seus parceiros externos (organizações parceiras que não são comunitárias). Por fim, os casos revelaram a importância da organização das instituições locais, como o protagonismo das associações comunitárias para a legalização do manejo madeireiro junto ao ICMBio e o surgimento das cooperativas, assumindo papel crucial para a comercialização da madeira.

Uma das coisas que eu achei interessante aqui, que a gente pode perceber que o governo do Acre se coloca à disposição dos comunitários, nós lá na Verde nunca tivemos a oportunidade de estar com o governo, na capital do estado para o governo dar suporte aos comunitários. Não temos suporte do estado. O IFT é parceiro, entra com o serviço de campo (que mais nos ajudou, com treinamento de campo, nossos comunitários fazem os inventários sozinhos, na comunidade), o SFB entrou com estudo de viabilidade econômica, o IEB está entrando com a parte de consultoria. (Representante da Resex Verde para Sempre, Pará, p. 20).

O IFT repassou o conhecimento para nós, comunitários, e fez a conscientização do que é manejo de madeira, a gente trabalhava sem conscientização, de forma ilegal, e depois passamos a ter a conscientização, o conhecimento que foi repassado por meio dessa parceria. (Representante da Resex Verde para Sempre, Pará, p. 21).

Os casos das Resex Verde para Sempre e Ituxi também mostraram a importância da capacitação e treinamento que pode resultar em mais autonomia das comunidades, tanto nas operações florestais quanto nos processos de tomada de decisão, como divisão de benefícios financeiros.

As comunidades [de Verde para Sempre e Ituxi] não tinham conhecimento sobre o manejo, não sabiam a direção correta, as etapas de planejamento, pré e pós-exploratório. As comunidades junto com o IFT, o órgão estadual, a associação comunitária Apadrit e uma série de parceiros, tanto financeiros como não financeiros, atuaram na capacitação para ter a primeira iniciativa para exploração. O carro-forte lá é a castanha-do-brasil, depois vêm a madeira e outros produtos. (Representante do IFT, p. 24).

Através do SFB, concordamos em criar um fundo de investimento e o fundo comunitário de educação e saúde, também pensando na segunda exploração, para a gente ter esse recurso para não pedir adiantamento da empresa. Nós temos uma ajuda do governo e nós vamos nos estruturar para a próxima exploração. A associação não tem como ratear recurso, por isso criamos o fundo comunitário, para beneficiar a comunidade. (Representante da Resex Verde para Sempre, Pará, p. 22).

A capacitação e assessoria técnica são primordiais para garantir mais autonomia às comunidades a longo prazo. Nesse sentido, a experimentação de novas técnicas, junto às comunidades, também foi um aporte dos parceiros.

O apoio financeiro também é importante para alavancar a atividade, principalmente nas primeiras safras, que são as mais críticas por serem de muito investimento em infraestrutura. Os parceiros também desempenham papel importante para sensibilizar os moradores quanto à dimensão do fazer coletivo, sendo essa uma exigência da IN nº 16/2011. Quanto ao mercado, os parceiros podem apoiar na prospecção para viabilizar um preço melhor de venda da madeira. Em relação ao governo, enquanto parceiro, observa-se que o ICMBio desempenha função importante na conservação da floresta e regulação do mercado, pois a fiscalização pode diminuir a oferta de madeira ilegal, tornando a madeira legal mais competitiva.

Como está sendo feito na Resex Mapuá, o ICMBio podia fechar as serrarias, mas decidiu chamar o grupo de donos de serrarias para se trabalhar a legalidade (sensibilização desses atores), futuramente a gente só vai ter madeira legal, marcenarias e serrarias legalizadas. (Representante da Emater, Pará, p. 31).

Foram discutidas as estratégias de investimento nas atividades produtivas e econômicas das comunidades, incluindo o manejo madeireiro. O caso da Resex Ituxi trouxe reflexões sobre a importância de se fortalecer a economia de escopo nos territórios de uso coletivo de diversos recursos naturais. A economia de escopo acontece quando a redução no custo médio por volume (madeira, castanha, outro) produzido ocorre pela produção conjunta de mais de um produto ou serviço.

Teve um projeto do Banco do Brasil (que o IFT e outros parceiros ajudaram a executar), esse projeto ajudou muito a comunidade, foi comprada uma balsa para 100 toneladas para transporte de madeira e da castanha e equipamentos para o manejo, como motosserras e um trator. A experiência que eles tiveram com a madeira estão tentando levar para outros produtos, como é o caso da castanha. (Representante do IFT, p. 25).

A comunidade deve assumir mais a gestão do manejo madeireiro, e para isso pode articular, manter e fortalecer parcerias para apoio externo, sem dependência desse apoio. Nesse sentido, criar fundos de investimento da comunidade e buscar se capacitar ao longo do processo é primordial para obter sucesso com as iniciativas de manejo. A organização social pode gerar ou ser resultado do processo e se fortalece com isso, tornando-se elemento

de transformação local: a organização para o manejo permite a organização para outras atividades produtivas coletivas.

Os resultados de parcerias institucionais-comunitárias mais fortes podem ser mutuamente positivos. Por meio do manejo madeireiro comunitário são formados arranjos institucionais, benéficos e fundamentais para explicitar o cumprimento do papel institucional das organizações de governo e suas políticas, ainda que em pequena escala e no aumento ao acesso às políticas públicas, como a melhoria do acesso a escolas e a serviços de saúde, via recuperação de ramais com piçarra.

Por outro lado, também foi refletido sobre o desempenho negativo dos parceiros nos processos de implementação do manejo comunitário. Com a morosidade nos processos de licenciamentos, as comunidades chegaram a levar 10 a 15 anos para terem seus PMFS aprovados, o que pode ser resultado também da falta de articulação entre governo e parceiros institucionais, evidente nos casos das Resex Chico Mendes e Mapuá.

O apoio interinstitucional não se limita à orientação do projeto ou mesmo às fases iniciais da execução. O manejo madeireiro comunitário é uma iniciativa dinâmica e complexa, moderada por forças internas e externas; então, existe a necessidade de estabelecer parcerias nas áreas técnicas, de pesquisa, transparência institucional e comercialização. As comunidades precisam de adequação para as demandas do mercado, buscando venda de produtos com maior valor agregado. É importante sempre buscar a gestão comunitária em todos os elos da cadeia de valor, como evitar a terceirização da venda da madeira e das operações florestais, fazendo com que os moradores, organizados em associações ou cooperativas, sejam responsáveis pela gestão de toda a atividade. Assim, o apoio interinstitucional deve se comprometer a evoluir junto com os parceiros comunitários a longo prazo.

Dessa forma, a comunidade não deve ser dependente de apoio externo, portanto, deve buscar formação comunitária para atuar no manejo, inclusive formando pelo menos um técnico da comunidade. Somado a isso, não se tornar dependente da atividade, a madeira não é a solução, é uma das alternativas de geração de renda e desenvolvimento local que deve estar integrada ao conjunto de bens e serviços produzidos pelas comunidades tradicionais. Na questão comercial, sempre avaliar que “serrar pode não

agregar”, dependendo da realidade, vender o produto serrado pode não ser a melhor alternativa, é preciso avaliar as perdas do processo e o retorno econômico, além da demanda do mercado mais acessível.

Tecnologias selecionadas: opções tecnológicas para o manejo madeireiro comunitário

Os casos do Pará e Amazonas trouxeram a reflexão sobre os arranjos operacionais do manejo madeireiro comunitário (Tabela 3), que podem ser diversos conforme as condições edafoclimáticas, sociais (número de comunitários envolvidos, nível de organização coletiva) e econômicas (capital inicial disponível).

Lá [Resex Ituxi] a terra firme não é tão firme, não possibilita a entrada de maquinário de grande porte, requer o uso de força manual, manejo de baixa intensidade... A recente cooperativa criada tem sido importante e vai trabalhar com castanha e também pescado. (Representante do IFT, p. 24).

A questão é operacional [e de mercado] não tem como descer Skidder, tratores para arraste de toras na área. Lá tem bolsões, lagoas que impedem uso de máquinas. É prancha por conta de o mercado local exigir esse tipo de produto (mercado específico). São 19 espécies exploradas na modalidade de pranchas. Tem o ganho que o valor agregado é maior, é claro. Contudo, o rendimento da motosserra para processamento é baixo. O produto deles é muito diferenciado, vendem o produto semiprocessado em pranchas, para um mercado bem específico. (Representante do IFT, p. 26).

Tabela 3. Comparação dos arranjos produtivos para operações de arraste e transporte da madeira dos estudos de casos apresentados no evento.

Reserva extrativista	Tipo de produto madeireiro	Tecnologia para operação de arraste	Principal meio de transporte do produto comercializado
Chico Mendes	Tora Serrada com serraria portátil	Skidder	Caminhão
Verde para Sempre	Tora	Skidder Catraca	Balsa
Ituxi	Serrada com motosserra	Trator agrícola Motocicleta	Balsa
Mapuá	Serrada com serraria fixa	Calango Madeira boiada	Balsa

Ainda sobre questões operacionais, o caso da Resex Mapuá levantou debate sobre a importância do conhecimento local para se buscar estratégias de uso de tecnologia local e de baixo custo aliada com conhecimento técnico das organizações parceiras. Isso resulta também em uma discussão técnica mais criteriosa dos arranjos socioprodutivos, considerando tecnologias locais disponíveis, organização local para acesso aos recursos florestais e reestruturação para o trabalho coletivo.

E a gente vai tirar, abrindo o caminho na beira do igarapé, fazer a roçagem, abrir a trilha (para passar o calango), quando a tora é grossa, de 3 metros de roda, a gente corta em quatro e tira. Passa o cabo de um lado para o outro e tira da floresta para vender. (Representante da Resex Mapuá, p. 29).

O calango é como se fosse uma escada, eles rolam a tora em cima da escada. E fazem o transporte da tora em distâncias de 200 m a 300 m, sendo considerado como arraste manual. (Representante do IFT, p. 29).

O processo deles é um processo inicial, teve prospecção do potencial para o manejo da madeira. Agora está sendo estudada a melhor forma, pois será arraste manual, transporte no rio para depois chegar até a comunidade, para depois chegar à serraria. Foi escolhida uma área contínua para que as 17 famílias possam realizar o manejo. Daqui a um ano nós vamos poder dizer qual vai ser o sistema de exploração, se vai continuar com o calango, se vai dar de entrar uma máquina pequena, muitas perguntas serão respondidas ao longo desse um ano... Outro desafio é sair do individual e trabalhar o coletivo; além disso, é necessário fazer o envolvimento com as reservas vizinhas e com outras comunidades. (Representante da Emater, Pará, p. 29).

Manejo madeireiro não é isento de custos

Além dos benefícios potenciais discutidos, projetos de manejo madeireiro comunitário nas Resex têm custos sociais, econômicos e ambientais, apresentando algum grau de risco inerente.

O custo social é o tempo de dedicação para o exercício da atividade do manejo, que em alguns casos pode levar 4 a 6 meses, abrangendo atividades pré-exploratórias e pós-exploratórias, afetando o calendário produtivo das famílias, que inclui produção agrícola para segurança alimentar. O custo social também está relacionado ao conflito entre comunidades e moradores, conflitos pela repartição dos benefícios, como a decisão de se fazer um investimento na comunidade ou na unidade familiar do morador. Nessa perspectiva, também pode ocorrer perda de individualidade (pensar no

coletivo, repartindo com a comunidade). Em todos os casos, foi apontado que um custo social importante para os moradores é a questão da indecisão quanto a querer ou não participar do manejo madeireiro, uma vez que muitos moradores não participam por falta de preparação e informação. A falta de informação também afasta cooperativas e produtores florestais.

O custo econômico está associado aos custos de preparação da comunidade, o que envolve capacitação, treinamento e sensibilização dos moradores, bem como custos de licenciamento, operação e manutenção da atividade.

O custo ambiental é aquele de alteração do ambiente físico. Os participantes do evento refletiram que as melhores formas de contornar alterações na floresta seriam optar por escolhas adequadas à realidade local, buscar atividade com menor impacto possível e executar atividade de baixa intensidade.

Há falta de informação atualizada sobre custo de produção anual e sobre formação de preço, que gera incertezas, as quais são ruins para o andamento de processos transparentes e saudáveis. Ainda na perspectiva da falta de informação, a falta de clareza e de estudos sobre o fator de risco do manejo madeireiro pode prejudicar o manejo de outros produtos, como a castanha e a seringueira. Por fim, o custo político tem se refletido nos demais custos, que é a resposta a uma pressão externa para que aconteça o manejo da madeira, como evidenciado tanto no caso da Resex Chico Mendes, como na Resex Verde para Sempre (neste caso devido à pressão externa exercida por madeiras).

Aprendizados sobre abordagem metodológica para troca de experiências

A abordagem metodológica do evento valorizou a narrativa de representantes comunitários, posicionando essas narrativas no eixo principal do evento, gerando debates em grupos menores a partir disso. Os subgrupos (6 a 8 membros) possibilitaram o diálogo entre diferentes setores, com uso de métodos que estimularam os participantes a falar. As pessoas que não se expressaram em plenária puderam contribuir nos grupos menores, por serem espaços mais acolhedores (menos pessoas, menor intimidação). Considerando ainda que as narrativas dos membros das comunidades

foram o eixo norteador de todo o evento, a abordagem metodológica incluiu a preparação das pessoas que iriam narrar os casos, de forma a estruturar minimamente a narrativa para obter informações desejadas e conectadas aos objetivos do evento. A preparação no dia anterior ao evento também criou laços entres os convidados e ajudou aqueles mais tímidos a planejarem suas falas.

Outro aprendizado dessa experiência é ter uma agenda estruturada, com objetivos claros, porém flexível o suficiente para atender demandas e se adequar aos imprevistos, inerentes a qualquer evento social. Por exemplo, no horário do almoço do segundo dia, como resultado de uma demanda apresentada pelos participantes, foi incluída a atividade “discussão técnica” que consistiu na apresentação de ferramentas e tecnologias utilizadas no manejo madeireiro por comunidades, organizações não governamentais, pesquisadores e iniciativas privadas. O formato de apresentação se deu utilizando projeções e, principalmente, perguntas e esclarecimentos.

Uma lição a ser compartilhada é que mesmo com bastante conteúdo a ser discutido em plenária, foi importante proporcionar intervalos longos, os quais permitiram que os participantes pudessem interagir nesses momentos informais. É possível que parte do conteúdo nas anotações das relatorias tenha se perdido, mas acredita-se que a troca de informações e de conteúdo nos momentos informais também fez parte da troca de experiências.

As facilitadoras experientes, que conheciam o tema em debate (manejo madeireiro) e possuíam familiaridade com os atores envolvidos e seus contextos apresentados, foram elementos essenciais para guiar o evento de forma leve, respeitando singularidades, mas de maneira concisa para evitar centralização de falas daqueles mais desinibidos e/ou com familiaridade/facilidade para falar em público.

Por último, e não menos importante, ao buscar parcerias de diferentes setores, foi possível realizar um evento maior que o anteriormente planejado, com mais diversidade de atores sociais e com mais ferramentas metodológicas que permitiram maior participação das pessoas. A diversificação dos parceiros que apoiaram o evento também permitiu maior alcance de divulgação dos resultados, contribuindo para uma comunidade florestal mais fortalecida no Acre, Pará e Amazonas.

Considerações finais

A presente seção na forma de tópicos resume algumas afirmações e aprendizados em dois subitens. O primeiro detalha aprendizados sobre os casos de manejo madeireiro apresentados no encontro e o segundo contempla os aprendizados sobre a abordagem metodológica utilizada.

Aprendizados sobre os casos de manejo madeireiro comunitário

- Intercâmbios e trocas de experiências são importantes para o aprimoramento do manejo madeireiro comunitário na Amazônia.
- Madeira como produto complementar.
- Integrar conhecimentos dos atores do processo.
- Manejo de espaços coletivos (como em Ituxi e Verde para Sempre) resulta em maior esforço dos usuários locais em refletir e debater como será feito o manejo, fortalecendo a ação coletiva. Isso leva mais tempo, porém resulta em comunicação mais eficiente e decisões aceitáveis pela maioria dos moradores.
- Falta de comunicação e acesso à informação são barreiras que impedem o avanço aprimorado do manejo madeireiro comunitário na Amazônia.
- Participação dos comunitários nas decisões, execução e monitoramento do manejo madeireiro comunitário.
- Parcerias com perspectivas de saída dos processos de assistências às comunidades.
- Capacitação e treinamentos são elementos-chaves para o avanço aprimorado do manejo madeireiro comunitário na Amazônia, reforçando a importância do assessoramento técnico continuado.
- Importância do conhecimento da cadeia produtiva e aprendizados para tomada de decisões.

Aprendizados sobre abordagem metodológica para troca de experiências

- Oportunizar a narrativa de representantes comunitários, enfatizando a sua importância como principal método de troca de experiências (Figura 9). A partir dessas narrativas, incluir atividades secundárias, como os grupos de trabalho.
- Dedicar um dia prévio ao evento para preparar as pessoas que irão narrar suas experiências. Isso ajuda também a criar laços entre convidados e desinibir os mais tímidos.
- Ter agenda do evento estruturada, com perguntas norteadoras e métodos participativos, e flexível, dando abertura para sugestões dos participantes.
- Flexibilizar a agenda para permitir diversos e/ou longos intervalos, de forma que os participantes possam interagir entre eles em momentos informais.
- Possibilitar o diálogo entre diferentes setores, utilizando abordagens metodológicas que permitam a todos, ou ao maior número possível de participantes, se expressar, como os grupos de trabalho de 6 a 8 membros.
- Possuir pessoas na equipe de organização com experiências e observações distintas para haver diversidade, como escolha dos casos, tópicos do evento.
- A importância de centros como universidades e escolas técnicas que facilitam o encontro de diversas pessoas/experiências e a formação de parcerias/colaborações.
- Ter facilitadores com bastante experiência, que conheçam o tema em debate, e familiaridade com os atores envolvidos e contextos apresentados.

- Ter pessoas na equipe de organização que possuam identidade com grupo, como foi o caso do estudante de mestrado (sexo masculino) que apoiou a logística dos representantes comunitários, os quais eram em sua maioria homens. A inclusão na equipe e apoio de um homem foi essencial para que os participantes se sentissem confortáveis com a equipe de organização que era em sua maioria mulheres (Figura 10).
- Buscar parcerias de diferentes setores para contribuir com o evento, seja apoio logístico, institucional ou financeiro. O trabalho colaborativo sempre fortalece laços sociais, traz aprendizados mais amplos a partir do coletivo diversificado e fortalece a comunidade que discute determinado assunto, questão ou problemática que o evento se propõe a refletir e/ou solucionar.



Foto: Mauríclia Pereira da Silva

Figura 9. Representantes e moradores das reservas extrativistas que compartilharam suas experiências sobre manejo madeireiro comunitário, junto com alguns membros da organização do evento.

Foto: Mauríclia Pereira da Silva



Figura 10. Membros da organização do evento, facilitadores e relatoras.

Natalie Cooper não está na foto, mas também organizou o evento durante os 8 meses de preparação.

Referências

ACRE (Estado). **Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – PDSA.**

Rio Branco, AC, 2018. Disponível em: <http://acre.gov.br/pdsa-ii/>. Acesso em: 17 dez. 2019.

AGRAWAL, A.; GIBSON, C. C. Enchantment and disenchantment: the role of community in natural resource conservation. **World Development**, v. 27, n. 4, p. 629-649, 1999.

ALLEGRETTI, M. H. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 54, n. 1, p. 5-23, 1992.

ALLEGRETTI, M. H.; ANDERSON, A. B. Extractive reserves: an alternative for reconciling development and environmental conservation in Amazonia. In: ANDERSON, A. B. (Ed.).

Alternatives to deforestation: steps towards sustainable use of the Amazon rain forest. New York: Columbia University Press, 1990. p. 252-264.

AMARAL, P.; AMARAL, M. **Manejo florestal comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia brasileira e na América Latina.** Belém, PA: IEB: Imazon, 2005.

AMARAL, P.; AMARAL NETO, M. A. **Manejo florestal comunitário**: situação atual, desafios e perspectivas. Belém, PA: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2000.

ARAÚJO, E.; BARRETO, P.; BAIMA, S.; GOMES, M. **Quais os planos para proteger as Unidades de Conservação vulneráveis da Amazônia?** Belém, PA: Imazon, 2016.

BRASIL. **Decreto no 6874, de 5 de junho de 2009**. Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar – PMCF, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6874.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%206874&text=DECRETO%20N%C2%BA%206.874%2C%20DE%205,PMCF%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.. Acesso em: 22 dez. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Comissão Nacional de Florestas – CONAFLORE, ATA 15ª Reunião**. Brasília, DF, 2007.

CHARNLEY, S.; POE, M. R. Community forestry in theory and practice: where are we now? **Annual Review of Anthropology**, v. 36, p. 301-336, 2007.

COOPER, N. A. **Uncovering resident perceptions of a new forest livelihood**: timber extraction within the Chico Mendes Extractive Reserve, Acre, Brazil. 2015. 103 l. Thesis (Master of Science) – University of Florida, Gainesville. Disponível em: https://ufdcimages.uflib.ufl.edu/UF/E0/04/91/76/00001/COOPER_N.pdf. Acesso em: 22 dez. 2019.

COOPER, N. A.; KAINER, K. A. To log or not to log: local perceptions of timber management and implications for well-being within a sustainable use protected area. **Ecology and Society**, v. 23, n. 2, 2018.

ESPADA, A. L. V.; COOPER, N.; BONGIOLO, E.; KAINER, K. A.; WADT, L. H. O. Logging in protected areas in Amazonia: communities that flourish can inform those that struggle. **Pesquisa Florestal Brasileira**, v. 39, e201902043, p. 81, 2019. Resumos apresentados no XXX IUFRO World Congress.

ESPADA, A. L. V.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; ROCHA, G. de M.; VASCONCELLOS, A. M. de A. Manejo florestal comunitário em parceria na Amazônia brasileira: o caso da Flona do Tapajós. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 1, p. 135-165, jan./abr. 2018.

ESPADA, A. L. V.; PIRES, I. P. Florestas comunitárias: manejo florestal comunitário em unidades de conservação de uso sustentável. *In*: ALMEIDA, M. C. S. DE; MAY, P. H. (Ed.).

Gestão e governança local para a Amazônia sustentável: notas técnicas – 3. Rio de Janeiro: IBAM, 2016. p. 136-146.

ESPADA, A. L. V.; SEREJO, E. S. **Reflexões sobre a execução do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Manejo Florestal Comunitário e Familiar em Florestas Públicas da Amazônia Brasileira.** Belém, PA: IFT, 2016. Disponível em: https://issuu.com/ift_boletim_florestal/docs/reflex__es_sobre_projeto_-_ift. Acesso em: 20 dez. 2019.

GILMOUR, D. **Forty years of community-based forestry.** Rome, Italy: FAO, 2016.

ICMbio. **Instrução Normativa no 16, de 4 de agosto de 2011.** Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2011. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in162011.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

MENDES, M. C. **Os conflitos sociais e a cidade.** Belém, PA: Edufpa, 2012. v. 18.

PINTO, A.; AMARAL, P.; AMARAL, M. **Iniciativas de manejo florestal comunitário e familiar na Amazônia brasileira 2009/2010.** Belém, PA: Imazon: IEB: GIZ: SFB, 2011.

RIGHTS ANS RESOURCES INITIATIVE. **Protected areas and the land rights of indigenous peoples and local communities.** Washington, DC, 2015. Disponível em: <http://www.rightsandresources.org/publication/protected-areas-and-the-land-rights-of-indigenous-peoples-and-local-communities-current-issues-and-future-agenda/>. Acesso em: 17 dez. 2019.

SANTOS, C. E. N. dos. **Proposta de normativa técnica para elaboração de Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário em unidades de conservação federais das categorias Resex, RDS e Flona.** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2017.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. **Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.** 2006. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/florestas-comunitarias/68-fomento-florestal/602-programa-federal-de-manejo-florestal-comunitario-e-familiar>. Acesso em: 17 dez. 2019.

VERÍSSIMO, A. **Influência do Promanejo sobre políticas públicas de manejo florestal sustentável na Amazônia.** Brasília, DF: MMA, 2005. p. 49. (Série Estudos 3).

WALLACE, R. H.; GOMES, C. V. A.; COOPER, N. A. The Chico mendes extractive reserve: trajectories of agro-extractive development in Amazonia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, p. 184-213, 2018.

Anexo I. Informações dos planos de manejo florestal sustentável (PMFS) comunitário aprovados em unidades de conservação federais.

Unidade de conservação	Atual detentor do PMFS ⁽¹⁾	Estado	Ano de aprovação do PMFS comunitário	Área total do PMFS comunitário (ha)	Número de famílias envolvidas no PMFS	
Flona do Tapajós	Coomflona	PA	2005	32.586,56	150	
Resex Verde para Sempre	Coomnspra	PA	2006	4.233,44	46	
Resex Chico Mendes	Amoprex	AC	2011	18.772,74	62	
Flona Purus	AMVCM	AM	2013	1.000,00	10	
Resex Ituxi	Apadrit	AM	2014	1.403,53	19	
Resex Verde para Sempre	Associação Itapéua	PA	2016	21.259,25	44	
	Associação Por Ti Meu Deus			2.420,78	22	
	Associação Espírito Santo			4.186,82	16	
	Associação Ynumbí			5.813,63	13	
	Associação Paraíso			6.921,12	32	
	Associação Belém			2018	25.287,38	37
	Associação Ipanela			2020	12.289,00	54
Resex Tapajós-Arapuans	Cooprunã	PA	2019	28.930,00	39	

Continua...

Anexo I. Continuação.

Unidade de conservação	Atual detentor do PMFS ⁽¹⁾	Estado	Ano de aprovação do PMFS comunitário	Área total do PMFS comunitário (ha)	Número de famílias envolvidas no PMFS
Resex Mapuá	Amorema	PA	2020	6.296,15	52
Resex Arioca-Pruanã	Amoreap	PA	2020	19.195,75	83
Total				190.596,15	687

⁽¹⁾Coomflona = Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós. Coomnspra = Cooperativa Mista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum. Amoprex = Associação dos Moradores e Produtores da Resex Chico Mendes em Xapuri. AMVCM = Associação de Moradores da Vila Céu do Mapiá. Apadrit = Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Ituxi. Cooprunã = Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Inambu. Amorema = Associação de Moradores da Reserva Extrativista Mapuá. Amoreap = Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Arioca-Pruanã.

Fonte: Dados do ICMBio, conforme informado por Carlos Eduardo Nascimento dos Santos (comunicação pessoal)⁹.

Anexo II. Representantes escolhidos para compartilhar as experiências de manejo madeireiro comunitário e governança socioambiental no evento.

Representante	Experiência	Estudo de caso	Total de experiências por estudo de caso
Severino Silva João Gomes	Seringal Porvir	Resex Chico Mendes	1
Francisco Lucilene	Seringal Filipinas		1
Francisco Melo Francisco Nogueira	Seringal Porongaba		1
Manoel Batista Evandro Pinheiro Maria Creusa Ribeiro ⁽¹⁾	Comunidades Paraíso, Itapéua e Por Ti Meu Deus	Resex Verde para Sempre	3

⁽¹⁾Precisou cancelar viagem e não participou do evento.

Continua...

⁹Comunicação via correio eletrônico recebida pela engenheira florestal Ana Luiza Violato Espada, doutoranda da Universidade da Flórida, do analista ambiental do ICMBio, Carlos Eduardo Nascimento dos Santos, Brasília, DF, em 30 de janeiro de 2020.

Anexo II. Continuação.

Representante	Experiência	Estudo de caso	Total de experiências por estudo de caso
Iran Pires ⁽²⁾	Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Ituxi – Apadrit	Resex Ituxi	1
Arnaldo Silva	Resex Mapuá	GT-MFC do Marajó ⁽³⁾	1
Alcir Borges	GT-MFC do Marajó		1
Total			9

⁽²⁾Secretário-executivo do IFT, ONG que oferecia assistência técnica florestal para a Apadrit. A associação comunitária não pôde enviar representante devido agenda local (assembleia anual da Apadrit) que ocorreu no mesmo período do evento. Iran foi autorizado pela Apadrit e ICMBio para representar o caso da Resex Ituxi.

⁽³⁾Grupo de Trabalho do Manejo Florestal Comunitário do Marajó.

Anexo III. Agendas do pré-evento e do evento.

Agenda de preparação das narrativas dos estudos de casos	
Dia 26 de junho	
10h	Apresentação dos representantes dos estudos de caso e parte da equipe organizadora do evento
10h30	Apresentação da agenda do evento (dias 27 e 28 de junho) e alinhamento metodológico para narrativa dos casos
11h	Mapeamento de uso da madeira nos territórios familiares e coletivos das reservas extrativistas
12h30	Almoço
15h	Socialização dos resultados do mapeamento de uso da madeira nos territórios familiares e coletivos das reservas extrativistas
16h	Formulação da linha do tempo e identificação de atores-chaves para aprovação dos planos de manejo madeireiro comunitário
18h	Encerramento do dia

Continua...

Anexo III. Continuação.

Agenda do evento	
Dia 1 (27 de junho)	Dia 2 (28 de junho)
8h30 Abertura do evento	8h30 Revisão do dia anterior
9h15 Apresentação dos participantes, expectativas, acordos de convivência, apresentação da agenda do evento, informes e esclarecimentos para formato de registro e socialização do evento	8h45 Caso 4: Resex Chico Mendes/Amoprex ⁽¹⁾
10h30 Apresentação da linha histórica e atores-chaves para aprovação dos planos de manejo madeireiro comunitário	9h05 Caso 5: Resex Chico Mendes/Amoprebe ⁽²⁾
11h Caso 1: Resex Verde Para Sempre	10h30 Reflexão dos casos
11h30 Caso 2: Resex Ituxi	11h30 Discussão técnica
12h Almoço	12h30 Almoço

⁽¹⁾Amoprex = Associação dos Moradores e Produtores da Resex Chico Mendes em Xapuri. ⁽²⁾Amoprebe = Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasileira e Epitaciolândia.

Anexo IV. Detalhamento metodológico da atividade “cenários do manejo florestal comunitário”.

Parte 1 – Formar grupos organizados por região:

- Grupo 1: Pará e Amazonas¹⁰
- Grupo 2: Acre

Cada grupo será composto por pessoas de diferentes setores e deverá imaginar o cenário verde (melhor cenário) e o cenário cinza (pior cenário) para o manejo florestal comunitário nos próximos 10 anos. Os grupos

¹⁰Foi definido que representantes do Pará e Amazonas formariam um grupo devido à falta de quórum para formação de grupo do Amazonas.

deverão desenhar uma linha do tempo (2017–2027) e montar os cenários, considerando:

- O que vai acontecer para que o cenário verde ocorra?
- O que vai acontecer para que o cenário cinza ocorra?

Parte 2 – Com os cenários prontos, os grupos deverão identificar:

- O que deve acontecer para atingir o cenário verde?
- O que deve acontecer para evitar o cenário cinza?
- Os membros dos grupos devem considerar o papel individual e da organização que representam.

Parte 3 – Retornando para plenária, cada grupo deve apresentar os dois mundos e os passos para atingir/evitar os resultados positivos/negativos. Enquanto isso, o facilitador deve tomar notas em dois painéis descrevendo os passos para atingir/evitar os cenários esperados e perguntando:

- Em que medida esses passos são similares/diferentes para alcançar um setor florestal consolidado?

Com a lista finalizada, serão decididos, em plenária, quais itens podem ser endereçados pelos participantes do evento. Priorizar esses itens e discutir como serão endereçados nos encaminhamentos do evento.

Embrapa

Acre

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL